

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DAMARES LOPES AFONSO

**AVALIAÇÃO DO COMÉRCIO NO G-77 SOBRE O PRISMA DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

JUIZ DE FORA – MG
2019

DAMARES LOPES AFONSO

**AVALIAÇÃO DO COMÉRCIO NO G-77 SOBRE O PRISMA DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito à obtenção do título de mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Salgueiro Perobelli

Coorientadora: Profa. Dra. Suzana Quinet de Andrade Bastos

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática
da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Afonso, Damares Lopes.

Avaliação do comércio no G-77 sobre o prisma da Cooperação
Sul-Sul / Damares Lopes Afonso. -- 2019.

65 f. : il.

Orientador: Fernando Salgueiro Perobelli

Coorientadora: Suzana Quinet de Andrade Bastos

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz
de Fora, Faculdade de Economia. Programa de Pós-Graduação em
Economia, 2019.

1. Grupo dos 77 (G-77). 2. Sistema Geral de Preferências
Comerciais (SGPC). 3. Integração Comercial. 4. GTAP. I. Perobelli,
Fernando Salgueiro, orient. II. Bastos, Suzana Quinet de Andrade,
coorient. III. Título.

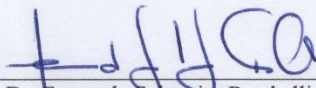
DAMARES LOPES AFONSO

**AVALIAÇÃO DO COMÉRCIO NO G-77 SOBRE O PRISMA DA
COOPERAÇÃO SUL-SUL**

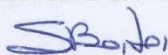
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito à obtenção do título de mestre em Economia Aplicada.

Aprovada em: 30/01/2019

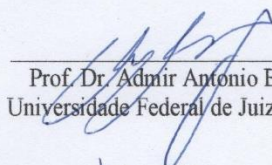
BANCA EXAMINADORA



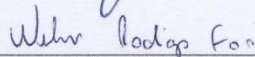
Prof. Dr. Fernando Sanguero Perobelli – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



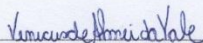
Prof. Dra. Suzana Quinet de Andrade Bastos – Coorientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



Prof. Dr. Admir Antonio Betarelli Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



Prof. Dr. Weslem Rodrigues Faria
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



Prof. Dr. Vinicius de Almeida Vale
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Dedico esse trabalho aos meus amados pais, David e Aparecida, e a minha querida vó, Maria Santa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela minha existência e por cuidar de mim, sendo a luz de todos os momentos.

Aos melhores pais desse mundo, agradeço todo suporte e amor que me dedicam. A minha grande família, obrigada pelo incentivo de muitos.

Ao meu querido orientador, Prof. Fernando, por todos esses anos de trabalho e aprendizado. Muito obrigada por todo incentivo e atenção.

A minha coorientadora Profa. Suzana, obrigada pela amizade, ensinamentos, por todas as vezes que me ouvia e aconselhava. Também agradeço sua dedicação para com esse trabalho.

Ao Prof. Admir, fiscal desse trabalho, e também ao Prof. Weslem, que participou da qualificação, agradeço todas as contribuições dadas por vocês.

Aos demais professores do PPGE, funcionários e colegas, meus sinceros agradecimentos pelo convívio e aprendizado.

Aos novos e antigos amigos, obrigada por terem feito minha trajetória mais leve.

Enfim, a todas as pessoas que passaram por minha Vida e que de alguma forma contribuíram nessa etapa, deixo aqui meu agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Antes de pensar, observe.”
Raúl Prebisch

RESUMO

Essa dissertação objetiva investigar os impactos da integração comercial no Grupo dos 77 (G-77). Formado por países em desenvolvimento, o G-77 tem como objetivo promover a Cooperação Sul-Sul (CSS) entre seus membros, inclusive no plano comercial. A análise da maior integração comercial entre o grupo tem por base o acordo comercial fechado na terceira rodada de negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), conhecida como Terceira Rodada de São Paulo, que estabeleceu cortes tarifários de 20% sobre tarifas aplicadas em produtos agrícolas e industriais. Utiliza-se o modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC) *Global Trade Analysis Project* (GTAP), em sua versão 9.0 para 2011. Nas análises de impacto, três cenários são considerados: 1) queda de 20% das tarifas de importação de produtos primários e industriais, de forma bilateral, entre as regiões do G-77; 2) o cenário 1 desconsiderando a integração intrarregional, de forma a captar apenas a integração inter-regional; 3) o cenário 1 desconsiderando a presença da China. Os resultados apontam que a integração comercial inter-regional do G-77 intensifica a produção e as exportações nos setores industriais das regiões asiáticas, em detrimento das regiões africanas, latino-americanas e caribenhas. A presença da China nos acordos de redução tarifária reforça a queda na atividade industrial e o aumento da produção primária nas regiões africanas, latino-americanas e caribenhas, já a integração intrarregional, mostra-se crucial para o avanço industrial e tecnológico dessas regiões.

Palavras-chaves: Grupo dos 77 (G-77). Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC). Integração Comercial. GTAP.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the impacts of trade integration in the Group of 77 (G-77). Formed by developing countries, the G-77 aims to promote South-South Cooperation (SSC) among its members, including at the commercial level. The analysis of the greater commercial integration in the group is based on the commercial agreement concluded in the General System of Trade Preferences's (GSTP) third round of negotiations, known as the Third Round of São Paulo, which established tariff cuts of 20% on tariffs applied in agricultural and industrial products. The Global Trade Analysis Project (GTAP) model, in its version 9.0 for 2011, is used. In the impact analyzes, three scenarios are considered: 1) 20% reduction in import tariffs for primary and industrial products, bilaterally, among the G-77 regions; 2) the scenario 1 disregarding intraregional integration, in order to capture only inter-regional integration; 3) scenario 1 disregarding the presence of China. The results indicate that the G-77's interregional trade integration intensifies production and exports in the industrial sectors of the Asian regions, to the detriment of the African, Latin American and Caribbean regions. The presence of China in the tariff reduction agreements reinforces the decline in industrial activity and the increase of primary production in the African, Latin American and Caribbean regions. However, intraregional integration is crucial for the industrial and technological advance of these regions.

Keywords: Group of 77 (G-77). General System of Trade Preferences (GSTP). Trade Integration. GTAP.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Participação do comércio entre os países do G-77 no total do comércio mundial (1995-2017)– valores percentuais	24
GRÁFICO 2 – Decomposição do comércio entre os países selecionados do G-77 por região (1995-2017)– valores percentuais	25
GRÁFICO 3 – Composição setorial do comércio entre os países selecionados do G-77 em 2011– valores percentuais	25
FIGURA 1– Exportações setoriais no G-77	26
FIGURA 2 – Economia Multirregional Aberta.....	31
QUADRO 1 – Agregação regional e setorial do GTAP 9.0.....	35
FIGURA 3 – Principais relações causais do modelo GTAP a partir das simulações.....	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Tarifas de importações entre o G-77– valores percentuais.....	37
TABELA 2 – Impactos no Produto Interno Bruto– variações percentuais	40
TABELA 3 – Preço das exportações– variações percentuais.....	42
TABELA 4 – Preço das importações– variações percentuais	42
TABELA 5 –Impactos na produção– variações percentuais.....	44
TABELA 6–Impactos nas exportações– variações percentuais	46
TABELA 7- Decomposição do bem-estar– valores em milhões de dólares	48

LISTA DE SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração ALADI
CARICOM	Comunidade Caribenha
CGVs	Cadeias Globais de Valor
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CNS	Cooperação Norte-Sul
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CSS	Cooperação Sul-Sul
EAC	Comunidade da África Oriental
EGC	Equilíbrio Geral Computável
GTAP	<i>Global Trade Analysis Project</i>
G-77	Grupo dos 77
H-O	Heckscher-Ohlin
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIRAGE	<i>Modelling International Relationships in Applied General Equilibrium</i>
NOEI	Nova Ordem Econômica Internacional
NS	Norte-Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
SAARC	Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SGP	Sistema Geral de Preferências
SGPC	Sistema Geral de Preferências Comerciais
SS	Sul-Sul
UNCTAD	Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	COOPERAÇÃO SUL-SUL NO G-77.....	16
3.	COMÉRCIO SUL-SUL NO G-77.....	20
3.1	Abordagens do Comércio Sul-Sul.....	20
3.2	Panorama Geral do Comércio no G-77.....	23
3.3	Integração Comercial no Comércio Sul-Sul	27
4.	BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....	31
4.1	O Modelo GTAP.....	31
4.2	Base de Dados	33
4.3	Estratégias Empíricas	36
5.	RESULTADOS.....	40
5.1	Impactos no Produto Interno Bruto	40
5.2	Impactos na Produção.....	43
5.3	Impactos nas Exportações	45
5.4	Impactos no Bem-Estar.....	47
6.	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICE A	58
	APÊNDICE B	60

1. INTRODUÇÃO

A geografia econômica mundial vem mudando com o aumento da cooperação entre os países do Sul¹, em termos de comércio, investimento, assistência ao desenvolvimento e outros fluxos financeiros. Nessa nova geografia, o Sul estaria gradualmente “movendo-se da periferia do comércio global para o centro, oferecendo novas oportunidades para assegurar ganhos de desenvolvimento a partir do comércio internacional e de negociações comerciais” (UNCTAD, 2004a, p.2, tradução própria).

As tentativas de apoio entre os países do Sul não são recentes, estas se iniciaram no contexto da Guerra Fria com o Movimento dos Países Não Alinhados. Em 15 de junho de 1964, foi assinada a "Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento", o chamado Grupo dos 77 (G-77), na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra, na Suíça.

O G-77 é composto por 134² países africanos, asiáticos e latino-americanos e foi formado com o objetivo de reforçar a posição dos países em desenvolvimento no sistema internacional mediante a identificação de pontos de interesse em comum, alterar a estrutura do comércio internacional, considerada como desvantajosa para os países do Sul (com troca de bens primários por bens manufaturados do Norte), além de promover a Cooperação Sul-Sul (CSS) para o desenvolvimento (PUENTE, 2010).

De acordo com Stuenkel (2013), a CSS traz consigo a ideia de um discurso positivo de solidariedade entre os países em desenvolvimento por meio da complementaridade na produção, consumo, comércio, investimento, tecnologia e cooperação para o desenvolvimento. No G-77, a expansão do comércio é vista como um importante aspecto da CSS e tem sua expressividade na existência do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), que se configura como uma instância para negociações comerciais entre os membros do grupo.

Desde seu estabelecimento em 1988, foram realizadas três rodadas de negociações do SGPC. A primeira rodada compreende o período entre 1986 e 1988, onde o programa foi efetivamente adotado. A segunda iniciou-se em 1991, finalizando-se em 1998. A terceira rodada de negociações teve seu início em 2004 com a Declaração de São Paulo. Nesta declaração foi destacado “que um pacote ambicioso de compromissos de liberalização do comércio promoveria complementaridades econômicas entre os participantes, especialmente no

¹ A menção ao Norte e Sul faz menção à divisão geoeconômica entre os países desenvolvidos, em sua maioria localizados ao Norte do globo, e os países em desenvolvimento, ao Sul. Segundo Lechini (2014) vem ocorrendo uma alteração nesta divisão com a emergência de “Nortes” no “Sul” e “Suis” no “Norte”.

² Ver Apêndice A.

nível inter-regional” (UNCTAD, 2004b, p.1). Essa declaração destacou também a importância de todos os países do G-77, incluindo a China, em aderirem ao SGPC.

No fechamento dessa terceira rodada de negociações, 22 países³ comprometeram-se em adotar cortes tarifários e eliminar barreiras às exportações, com o objetivo de incrementar o comércio bilateral e multilateral entre os países envolvidos (ICTSD, 2009). O acordo final estabeleceu cortes tarifários de pelo menos 20% das tarifas aplicadas em cerca de 70% dos produtos agrícolas e industriais comercializados

Nesse contexto, objetiva-se avaliar o impacto da maior integração comercial no G-77, considerando 69 países do grupo presentes na base de dados do GTAP (*Global Trade Analysis Project*), em sua versão 9.0 para 2011. Juntos, esses países representam cerca de 94% do total comercializado anualmente no G-77 (UNCTADstat, 2019). Os países foram agregados em seis regiões: China, Leste e Sudeste Asiático, Sul da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e África Subsaariana.

Nas análises de impacto, três cenários são considerados: 1) queda de 20% das tarifas de importação de produtos primários e industriais no G-77; 2) o cenário 1 desconsiderando a integração intrarregional, de forma a captar a integração inter-regional; 3) o cenário 1 desconsiderando a presença da China. Os impactos são analisados no Produto Interno Bruto (PIB), na produção setorial, nas exportações e no bem-estar.

A hipótese é que embora haja um discurso positivo de cooperação e complementariedade entre os países do G-77, a integração comercial entre os países do grupo coloca esse discurso em cheque. Essa integração comercial intensificaria o avanço industrial e tecnológico em determinadas regiões, como em países asiáticos, em detrimento de países africanos e latino-americanos.

Erzan, Laird e Yeats (1988) e Linnemann e Verbruggen (1991) ao analisarem acordos inter-regionais no âmbito do SGPC utilizando modelos de equilíbrio parcial, mostraram uma ampliação do comércio, com ganhos comerciais concentrados regionalmente na Ásia. Nesta literatura, o presente estudo pretende contribuir por meio da análise dos impactos da integração comercial do G-77, grupo fundador do SGPC. Além disso, ao utilizar um modelo de equilíbrio geral, o GTAP, consideram-se os efeitos de encadeamentos das análises.

Além dessa introdução, apresentam-se mais cinco capítulos. O segundo capítulo apresenta uma contextualização da CSS com foco no G-77. O terceiro capítulo traz uma breve

³Algeria, Argetina, Brasil, Chile, Coréia, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, República Democrática da Coréia, Sri Lanka, Tailândia, Uruguai, Vietnã e Zimbábue.

contextualização das abordagens teóricas do comércio Sul-Sul (SS), além disso, apresenta dados do comércio no G-77 e trabalhos empíricos que abordam a integração comercial nas regiões que compõem o grupo. O quarto capítulo descreve a formulação do modelo GTAP, a base de dados que o compõe e as estratégias empíricas. O quinto capítulo traz os resultados e o sexto capítulo traz as conclusões gerais desse trabalho. E por fim, o trabalho apresenta três apêndices.

2. COOPERAÇÃO SUL-SUL NO G-77

A dinâmica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) teve início após a Segunda Guerra Mundial com a chamada Cooperação Norte-Sul (CNS), sob a doutrina do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. A CNS considerava que os países desenvolvidos (do Norte) deveriam auxiliar o desenvolvimento dos países do Sul, em sua maioria subdesenvolvidos. Como contrapartida, os países do Sul deveriam seguir o modelo capitalista ocidental do Norte, em um contexto de disputa do socialismo *versus* capitalismo na Guerra Fria (SANTOS FILHO, 2005).

Ainda no contexto do pós-guerra, verifica-se o “surgimento da consciência do Sul e de sua manifestação nas relações internacionais” (PINO, 2014, p.60). Segundo Williams (1987), essa conscientização envolve um sentimento de problemas compartilhados que surgem da natureza subdesenvolvida de suas economias e sua localização periférica no sistema produtivo mundial, com troca de bens primários por bens manufaturados, além da compreensão de que as mudanças institucionais necessárias só seriam realizadas mediante coalização.

A primeira conferência de países do Sul foi realizada em 1955 em Bandung, na Indonésia, e reuniu líderes de países asiáticos e africanos para discutir questões relativas aos seus processos de desenvolvimento e estabelecer cooperações. Posteriormente, na conferência de Belgrado em 1961, os países latino-americanos adentraram ao movimento do Sul, dando início ao Movimento dos Não Alinhados, que implicaria na criação do G-77 em 1964.

Formado originalmente por 77 países africanos, asiáticos e latino-americanos, o G-77 não possuía uma agenda própria e seguia a da UNCTAD, sob coordenação de Raul Prebisch⁴. A primeira reunião ministerial do G-77 ocorreu em Argel, em 1967, e serviu para consolidação do grupo como uma organização permanente. A Carta de Argel delimitava o objetivo do G-77 em harmonizar as ações dos países membros e formular programas conjuntos de ação em assuntos relacionados ao comércio e desenvolvimento (G-77, 1967).

A atuação do G-77 funde-se a própria trajetória da CSS. De forma geral, pode-se dividir sua atuação em três momentos do cenário internacional.

⁴Prebisch, teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi um grande apoiador do G-77, suas ideias e personalidade contribuíram para fortalecer e expandir o G-77 como uma efetiva voz sobre o comércio e desenvolvimento (REILL; SZELÉNYI, 2011).

O primeiro momento corresponde à criação do G-77 até o final da década de 1970. Considerado o auge da CSS, esse período foi marcado por negociações envolvendo os preços de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e pela busca de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

A NOEI deveria ser alcançada por meio de "uma relação justa e equitativa" entre as mercadorias exportadas pelos países em desenvolvimento e as mercadorias importadas, com ênfase na soberania sobre os recursos naturais e o direito de nacionalizar indústrias-chave (GRAY; GILLS, 2016). O Programa de Arusha para Autosuficiência e Estrutura para Negociações, aprovado em Arusha em 1979, definiu as propostas do G-77 para atingir esses objetivos (UN, 1981).

O segundo momento corresponde ao período da crise dos anos 1980 até parte da década de 1990, no qual houve uma diminuição das negociações conjuntas do grupo em virtude da reorientação de diversos países para os chamados "ajustes estruturais" de reequilíbrio de suas contas (AFONSO; FERNANDES, 2005).

A declaração ministerial por ocasião do trigésimo aniversário do G-77, em 1994, ressaltou que o fluxo limitado de assistência e investimento estrangeiro aos países em desenvolvimento, preços das *commodities* deprimidos e a crise da dívida, apresentavam-se como alguns dos desafios do grupo (G-77, 1994).

Nesse período, começaram as negociações para o estabelecimento do SGPC, com o objetivo de funcionar como uma instância para negociações comerciais entre os membros do G-77 (UN, 1988). O SGPC faz alusão ao Sistema Geral de Preferências (SGP), o qual foi elaborado para que os países em desenvolvimento pudessem ter acesso privilegiado aos mercados de países desenvolvidos, superando o problema da deterioração dos termos de troca preconizado por Prebisch (UNCTAD, 2018a).

O SGPC, ao contrário, é um mecanismo de negociações entre os países em desenvolvimento, membros do G-77, e que teria regras mais benevolentes e transparentes comparativamente ao SGP (AGATIELLO, 2007). A primeira rodada de negociações do SGPC compreende o período entre 1986 e 1988, onde o programa foi efetivamente adotado. A segunda rodada de negociações do SGPC iniciou-se em 1991 e finalizou-se em 1998, contando com a participação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai na ocasião.

O terceiro momento compreende o final da década de 1990 ao decorrer dos anos 2000, sendo caracterizado pela intensificação da globalização e pela expansão da CSS. A

intensificação da CSS foi proporcionada pela recuperação econômica de muitos países do Sul, além da ascensão de países emergentes⁵ como o Brasil, a China e a Índia.

Nesse momento, nota-se uma ação mais pragmática do G-77, onde os países parecem aceitar “as regras do jogo” e buscar fortalecer sua influência junto aos países desenvolvidos do velho Norte e aos novos poderes do Sul, originando o chamado Sul global, em oposição à posição contrassistêmica anteriormente adotada pelo grupo (CAICEDO; PEÑAS, 2010).

Esse pragmatismo é notado na declaração de Marrakech e no marco de Marrakech para a implantação da CSS, ambos os documentos declaram que a CSS não é uma força substitutiva das relações Norte-Sul (NS), mas sim uma força complementar a esta em busca das metas de desenvolvimento (UN, 2003).

O comércio SS também se destacou nesse terceiro momento, estando no centro da Agenda Doha de Desenvolvimento iniciada em 2001. Entretanto, não houve conclusões expressivas na agenda Doha, em virtude de controvérsias como a liberalização do mercado de produtos agrícolas pelos países desenvolvidos e o acesso a mercados não agrícolas e de serviços pelos países em desenvolvimento. Dado os impasses, alguns países do G-77 começaram as negociações para eliminarem tarifas e outras barreiras às exportações entre si, dando início a terceira rodada de negociações do SGPC, em 2004.

Na conclusão dessa terceira rodada, em 2 de dezembro de 2009 na Suíça, 22 países⁶ firmaram uma Declaração Ministerial comprometendo-se em adotar cortes tarifários e eliminar outras barreiras às exportações entre si, com o objetivo de incrementar o comércio bilateral e multilateral e aumentar as exportações (ICTSD, 2009). O acordo final, assinado por 11⁷ desses países, estabeleceu cortes tarifários de pelo menos 20% das tarifas aplicadas em cerca de 70% dos produtos agrícolas e industriais comercializados entre os participantes.

Segundo Scott (2016), a terceira rodada de São Paulo marca a oportunidade de refletir sobre a história da promoção do desenvolvimento por meio da integração comercial SS e do apoio que essa ideia recebeu. No entanto, a eficácia do SGPC depende da vontade política dos países membros e sua capacidade de recrutar mais membros, tais como a China, que não participou dessa terceira rodada de negociações (AGATIELLO, 2007).

⁵Países subdesenvolvidos que ascenderam sua importância mundial política e economicamente

⁶Algeria, Argentina, Brasil, Chile, Coreia, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, República Democrática da Coreia, Sri Lanka, Tailândia, Uruguai, Vietnã e Zimbábue.

⁷ São esses: membros do Mercosul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos e República da Coreia.

Após a crise de 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) reforçou seu estímulo à CSS na Conferência das Nações Unidas de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul em 2009 (UN, 2009).

Em 2014, o G-77 completou cinquenta anos, com a declaração "Por uma nova ordem mundial para viver bem" em Santa Cruz da Serra, na Bolívia. Além de estabelecer o objetivo de erradicação da pobreza até 2030, essa declaração ressaltou o compromisso do grupo em intensificar esforços para estabelecer uma ordem internacional imparcial, justa e equitativa, a fim de satisfazer as necessidades de desenvolvimento de seus membros (G-77, 2014).

O G-77 também se destacou como o maior grupo negociador na Conferência do Clima da ONU (COP-21, 2015). Entretanto, as negociações e os avanços nas questões climáticas são dificultados devido à heterogeneidade de interesses. Há países do G-77 que enfrentam o desafio de conciliar crescimento econômico com questões climáticas como é o caso da China, além dos tradicionais países membros da OPEP, que veem suas economias baseadas na produção de combustíveis fósseis (HOCHSTETLER, 2013).

3. COMÉRCIO SUL-SUL NO G-77

A primeira parte desse capítulo traz uma síntese das diferentes abordagens teóricas do comércio internacional para a explicação dos fluxos de comércio SS, tais como a teoria das vantagens comparativas e elementos da “nova” teoria do comércio internacional. Além disso, menciona-se a inserção dos países nas chamadas Cadeias Globais de Valor (CGVs) que, conjuntamente com a ascensão econômica da China, contribuem para a explicação dos fluxos de comércio SS. A segunda parte apresenta dados do comércio no G-77, e a terceira, traz alguns trabalhos empíricos que avaliam a integração comercial no comércio SS.

3.1 Abordagens do Comércio Sul-Sul

As formulações teóricas do comércio internacional têm início nas teorias clássicas de Adam Smith e David Ricardo. Adam Smith (1776), em *A Riqueza das Nações*, elaborou a teoria das Vantagens Absolutas que, com base na divisão do trabalho, duas nações se beneficiariam do comércio entre si se cada uma especializasse na produção do produto no qual possuísse vantagem absoluta. Posteriormente, Ricardo (1817) reformulou essa teoria refinando seus pressupostos e permitindo que todos os países pudessem aproveitar do comércio, ou seja, mesmo que não apresentassem nenhuma vantagem absoluta poderiam obter alguma vantagem comparativa.

No entanto, a teoria da vantagem comparativa de Ricardo não explicava porque a vantagem comparativa ocorria. Assim, no início do século XX, surgiram teorias que tentavam explicar a ocorrência das vantagens comparativas através da diferença nas dotações dos fatores entre os países, dentre as quais se destaca o modelo de Heckscher-Ohlin (H-O). Dessa forma, os padrões de vantagens comparativas seriam determinados pela escassez relativa dos fatores de produção de tal forma que, por exemplo, os países mais ricos em capital tenderiam a exportar produtos intensivos em capital (GONÇALVES, 1997).

Pela lógica dessas teorias o comércio NS caracterizava-se como desigual, com o Sul, subdesenvolvido, especializando-se naqueles bens intensivos em seu fator abundante (terra e trabalho não qualificado) e o Norte, desenvolvido, por sua vez, se especializaria em bens intensivos em seus fatores abundantes (trabalho qualificado e capital físico). Economistas estruturalistas, como Prebisch, questionavam a natureza assimétrica das relações comerciais NS, na qual havia uma especialização do Sul na exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados do Norte.

A formulação teórica de H-O teve influência em outras formulações subseqüentes, entretanto, tem pouco a dizer quando há semelhantes dotações de fatores, como por exemplo, no comércio entre os países em desenvolvimento, comércio SS, e no comércio entre países desenvolvidos, denominado comércio Norte-Norte.

Linder (1961), numa tentativa de explicar as trocas entre países desenvolvidos, propôs uma teoria na qual as trocas se dariam pelo comportamento da demanda. De forma geral um país se tornaria exportador de um produto com elevada demanda interna. Além disso, as trocas dar-se-iam principalmente entre países com similaridades em termos de estrutura produtiva, preferências de consumo e níveis de renda.

De acordo com Greenaway e Milner (1990) o comércio SS pode ser explicado pela dissimilaridade e especialização interindustrial baseada em vantagens comparativas com diferenças na produção, tecnologia e nas dotações fatoriais entre os países; e, seguindo a hipótese de Linder, o comércio SS também pode ser baseado na similaridade e especialização intraindustrial⁸ dos países.

Krugman (1981, p.959, tradução própria) apresenta duas características sobre o comércio intraindustrial:

Primeiro, a natureza do comércio depende de como os países se assemelham em suas dotações de fator. À medida que os países se tornarem mais semelhantes, o comércio entre eles se tornará cada vez mais intraindustrial. Em segundo lugar, os efeitos da abertura do comércio dependem do seu tipo. Se o comércio intraindustrial for suficientemente dominante, as vantagens de ampliar o mercado compensarão os efeitos distributivos, e os proprietários de fatores escassos e abundantes ficarão em melhor situação.

A nova configuração do comércio global com a expansão das redes globais de produção, chamada de CGVs, também contribui para a explicação do comércio SS. A expansão das CGVs ocorreu principalmente a partir dos anos 80 com o advento da globalização, dado pela queda nos custos de transporte, comunicação e barreiras tarifárias (e não tarifárias) ao comércio, o que motivou os países a fragmentarem seus processos produtivos em cadeias de produção, visando diminuir custos como, por exemplo, em busca de baixos salários (JONES, 2001; BALDWIN; VENABLES, 2013).

Além da queda dos custos de produção, destacam-se outros fatores que levam a formação das CGVs, tais como a forma de coordenação das atividades (governança), infraestrutura, direitos de propriedade e *networking* (ANTRÀS, 2003; GROSSMAN; HELPMAN, 2005). As CGVs estão concentradas em regiões da Europa, América do Norte e

⁸ O comércio intraindustrial é caracterizado pela existência simultânea de exportações e importações de bens que pertencem a uma mesma indústria.

na Ásia, essa última com grande influência sobre o crescimento do comércio SS (ATHUKORALA; NASIR, 2018).

A formação de CGVs na Ásia teve início no período conhecido como “milagre japonês” após a Segunda Guerra Mundial, no qual a economia japonesa alcançou consideráveis níveis de crescimento econômico e importância no comércio internacional. A recuperação do Japão e de outros países asiáticos no pós-guerra recebeu o apoio dos Estados Unidos no chamado Plano Colombo, similar ao Plano Marshall⁹, no contexto da política de Harry Truman de auxílio à recuperação dos países.

O crescimento econômico japonês aliado a seus ganhos de produtividade e queda na taxa de lucro interna, impulsionou a política de terceirização da produção para outros países asiáticos, especificamente os Tigres Asiáticos¹⁰ (ARRIGHI, 1997). Dessa forma, o Japão fomentou a atividade econômica desses países, em um processo que ficou popularizado como “gansos voadores” (AKAMATSU, 1962).

A terceirização da produção japonesa ampliou-se nos anos 80 para o Leste e Sudeste Asiático. A China, em face de sua política de reestruturação iniciada em 1978 sob o comando de Deng Xiaoping e da elevada disponibilidade de mão-de-obra barata em seu território, inseriu-se nessas cadeias de produção. A crise financeira asiática em 1997 e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 consolidou a posição de destaque da economia chinesa no cenário internacional, consagrando-a como a “nova oficina do mundo” (PINTO, 2011, p.41).

A divisão da produção na Ásia sofreu modificações a partir da emergência econômica chinesa. O avanço tecnológico da China e de outras nações como a Malásia e a Coreia do Sul, deslocou a concorrência entre as indústrias da região para setores tecnologicamente mais modernos e abriu espaço para que outros países asiáticos menos desenvolvidos pudessem ingressar nos “gansos voadores” (LEÃO, 2011).

A China também se destaca como amplo mercado consumidor de matérias-primas advindas em sua maioria de países em desenvolvimento, como países africanos, latino-americanos e do Sudeste e Sul da Ásia (COXHEAD, 2007). A ascensão econômica da China tem impactos inclusive sob a forma como os países em desenvolvimento inserem-se nas CGVs (UNCTAD, 2015).

⁹O Plano Marshall, também chamado de Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a recuperação de países europeus posteriormente à Segunda Guerra Mundial

¹⁰ São eles: Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Hong Kong.

Estudos apontam que a China representa uma força desindustrializante para a América Latina, podendo revigorar o padrão de relações NS no longo prazo dado o aumento da produção e exportação de bens primários, apesar das melhorias nos termos de troca no curto prazo (BLÁZQUEZ-LIDOY; RODRÍGUEZ; SANTISO, 2006; JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008; KIM; LEE, 2014; AFONSO; BASTOS; PEROBELLI, 2018).

Para o caso africano, há significativo aumento do comércio deste continente com a Ásia-especificamente com a China e a Índia, pautado principalmente em matérias-primas, produtos manufaturados de baixa tecnologia e turismo (BOARDMAN, 2007). Além disso, a África demonstra-se mais dependente do comércio asiático do que o contrário (BOARDMAN, 2007; MARTIN, 2008).

Em um estudo para a África Subsaariana, Kaplinsky, McCormik e Morris (2007) observam que a China importou um número limitado de *commodities* e exportou produtos manufaturados de consumo final. Apesar dos impactos positivos diretos no bem-estar (melhoria nos termos de troca), os autores observam que pode haver impactos negativos indiretos nas exportações da África Subsaariana devido à competitividade com China.

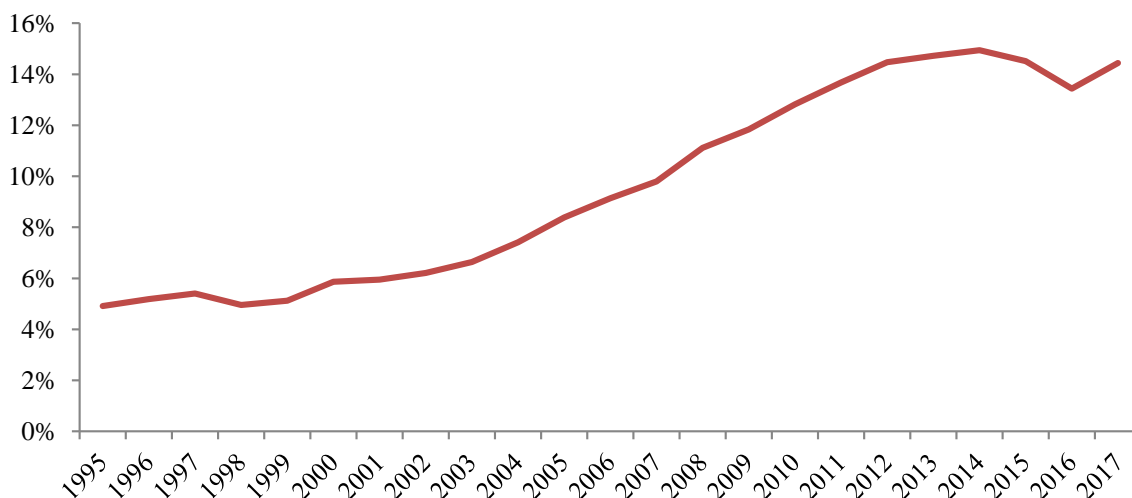
Para o caso intra-asiático, Morck e Yeung (2016, p.307) afirmam que “a economia mundial está se tornando cada vez mais centrada na Ásia, e a economia da Ásia é cada vez mais centrada na China”. Mercadorias “*made in China*” cada vez mais emanam dos sistemas regionais de produção na Ásia, como os do Leste Asiático (KAPLINSKY; MESSNER, 2008). O comércio com a China também parece ter desempenhado um papel relevante na industrialização do Sudeste Asiático (KIM; LEE, 2014).

3.2 Panorama Geral do Comércio no G-77

O comércio entre os países do Sul vem se expandindo nos últimos anos, representado 25,2% do comércio mundial em 2017. O comércio do G-77 acompanha o crescimento do comércio SS e sua representatividade aumentou de 43,6%, em 1995, para 57,3% do total desse comércio em 2017 (UNCTADstat, 2019). O Gráfico 1 traz a participação do comércio entre os países do G-77 no total do comércio mundial, entre 1995 e 2017.

A expansão do comércio SS é resultado de uma convergência de fatores tais como o crescimento econômico de alguns países em desenvolvimento, particularmente da China que aumentou a demanda por bens e serviços de outros países em desenvolvimento, reduções tarifárias médias a partir da Rodada do Uruguai e fruto de acordos regionais de comércio (AGATIELLO, 2007).

GRÁFICO 1 – Participação do comércio entre os países do G-77 no total do comércio mundial (1995-2017)– valores percentuais



Fonte: Elaboração própria a partir da UNCTADstat.unctad.org.

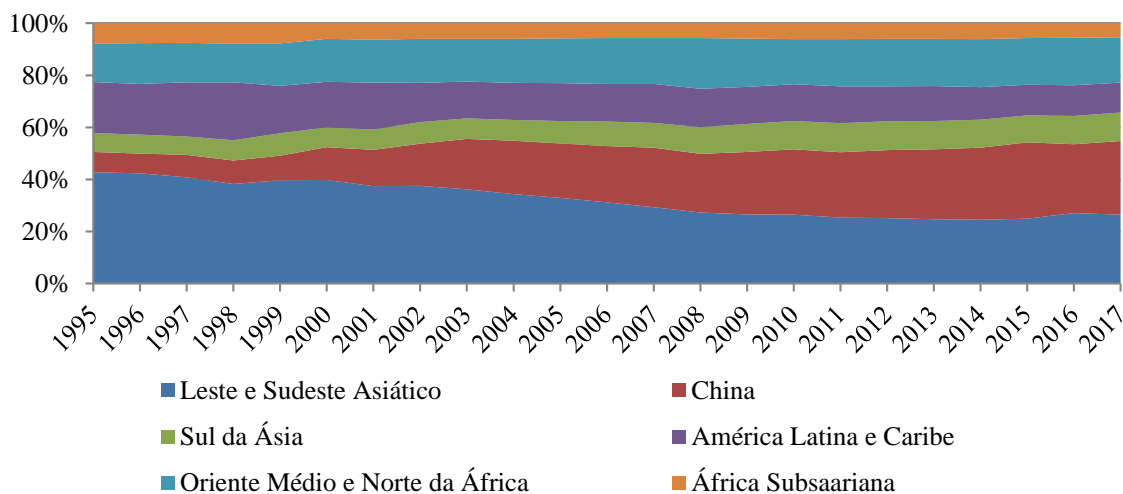
A crise financeira global de 2008 acentuou a tendência de crescimento do comércio SS. Entretanto, esse crescimento poderia ser ainda maior com a diminuição dos custos, tais como custos de transporte e tarifas. Estima-se que as tarifas do comércio SS sejam duas vezes mais altas no setor primário e três vezes mais altas no setor industrial do que as praticadas no comércio NS (MOLD; PRIZZON, 2013).

Apesar de seu crescimento, o comércio SS é regionalmente concentrado na Ásia. No Gráfico 2, que traz a decomposição do comércio entre os países selecionados¹¹ do G-77 agregados em suas respectivas regiões entre os anos de 1995 e 2017, verifica-se que 65,7% do total comercializado entre esses países foi proveniente de países asiáticos.

Destaca-se o aumento da participação da China que saltou de 7,8% em 1995 para 28,3% em 2017, e a perda de participação do Leste e Sudeste Asiático que passou de 42,8% para 23,5% e da América Latina e Caribe de 19,6% para 11,5%. As participações da África Subsaariana, Oriente Médio e Norte da África e o Sul da Ásia permaneceram constantes no período, em torno de 6%, 17% e 9%, respectivamente (GRÁFICO 2).

¹¹ Juntos, esses países selecionados representaram, em média anual, 94% do comércio do G-77 entre 1995-2017. Para detalhes da agregação regional ver Quadro 1 no capítulo 4, seção 4.2, a qual apresenta a base de dados.

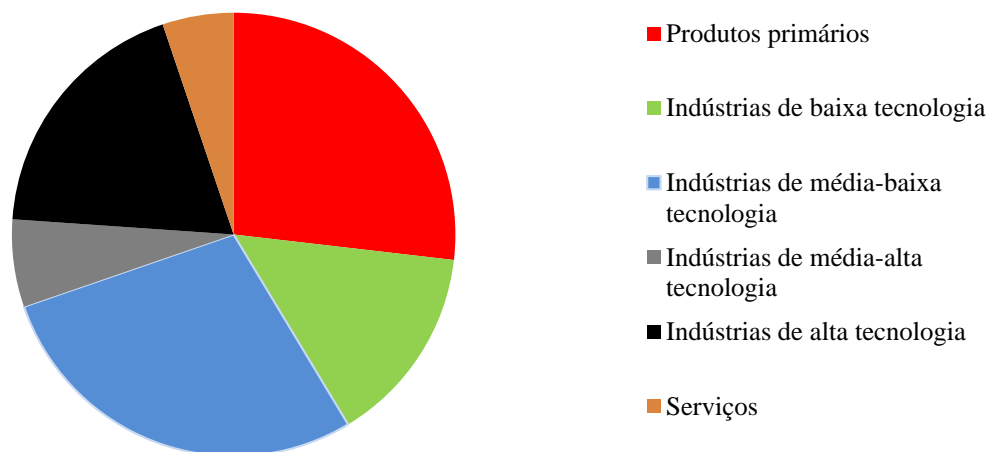
GRÁFICO 2 – Decomposição do comércio entre os países selecionados do G-77 por região (1995-2017)– valores percentuais



Fonte: Elaboração própria a partir da UNCTADstat.unctad.org.

Embora o comércio SS tenha sido predominantemente composto de produtos de maior habilidade e tecnologia nas décadas de 70 e 80 comparativamente ao comércio NS (AMSDEN, 1976, 1980, 1986; HAVRYLYSHYN, 1985), no G-77 esse vem concentrando-se em matérias-primas e outros setores de menor habilidade e tecnologia, como mostra o Gráfico 3¹².

GRÁFICO 3 – Composição setorial do comércio entre os países selecionados do G-77 em 2011– valores percentuais



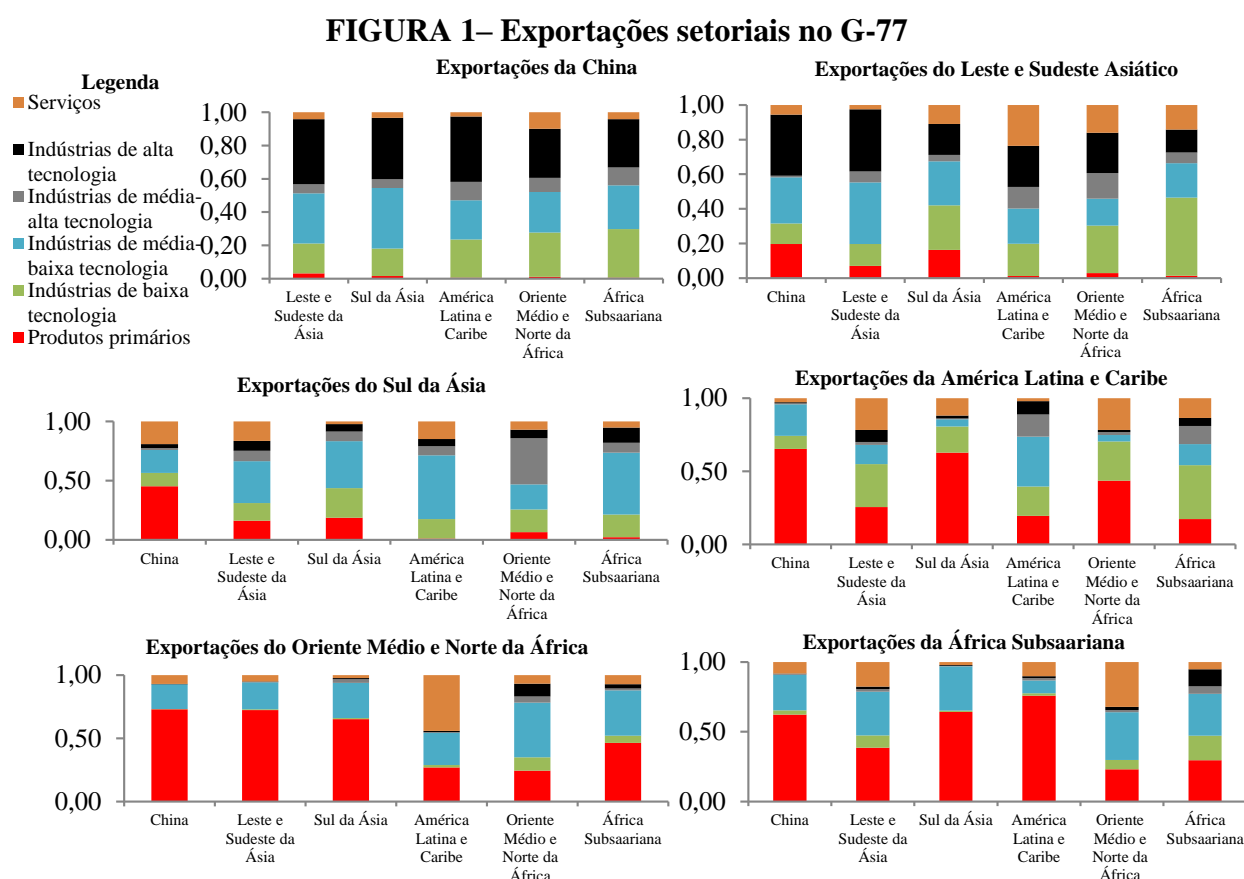
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do GTAP 9.0.

Nota-se que 26,8% do comércio do G-77 advém de produtos primários, 42,8% de indústrias de baixa e média-baixa tecnologia, 25,2% de indústrias de média-alta e alta tecnologia e o restante, 5,2%, do setor de serviços. Uma explicação desse fato é a ascensão

¹² Para detalhes da classificação setorial, ver Quadro 1 na seção 4.2.

econômica da China e seus impactos sobre a produção e o comércio de países africanos, asiáticos e latino-americanos.

O comércio do G-77 também difere setorialmente por região. A Figura 1¹³ apresenta as exportações setoriais entre as regiões do G-77.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do GTAP 9.0.

Observa-se que mais de 60% das exportações da América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e da África Subsaariana para a China e, para as demais regiões da Ásia, são compostas por produtos primários. No caso das exportações de produtos primários da América Latina e Caribe e do Oriente Médio e Norte da África para o Leste e Sudeste Asiático, essa parcela é menor, representando 25,53% e 38,65% do total exportado. O restante dessas exportações concentra-se em produtos industriais de baixa e média-baixa tecnologia.

Paralelamente, a China, o Leste e Sudeste Asiático e o Sul da Ásia possuem em média 90%, 80% e 85%, respectivamente, de suas exportações para a América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e a África Subsaariana compostas de produtos industriais, inclusive nos setores de média-alta e alta tecnologia. Com destaque para as exportações chinesas no

¹³ Para detalhes da classificação regional, ver Quadro 1 na seção 4.2.

seguimento industrial de alta tecnologia, que corresponde a maior parcela de suas exportações para essas regiões.

O padrão setorial das exportações do Sul da Ásia para a China e o Leste e Sudeste Asiático acompanha o padrão de comércio africano, latino-americano e caribenho com essas regiões, sendo essas predominantemente compostas por produtos primários e produtos industriais de baixa e média-baixa tecnologia, destacando-se as exportações de produtos primários para a China (45,26%).

Já as exportações entre a China e o Leste e Sudeste Asiático, e intrarregionalmente nesta última região, são diversificadas, com destaque para o seguimento industrial de alta tecnologia, que corresponde mais de 35% do total exportado.

As exportações entre a América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e a África Subssariana derivam-se de produtos primários e produtos industriais de baixa, média-baixa tecnologia e serviços. Em contrapartida, as exportações intrarregionais dessas regiões são mais diversificadas setorialmente em comparação ao padrão de comércio inter-regional destas regiões entre si e com a Ásia, incluindo a participação de cerca de 10% no seguimento industrial de alta tecnologia.

3.3 Integração Comercial no Comércio Sul-Sul

Esta seção apresenta alguns¹⁴ trabalhos empíricos que analisam impactos da integração comercial no comércio SS, com foco no comércio inter-regional e intrarregional nas regiões dos países que compõem o G-77.

Há trabalhos que utilizam abordagens de EGC, especificamente o modelo GTAP (e.g., Hertel (1999); Hertel e Martin (2000); Bandara e Yu, (2003); Raihan e Razzaque, (2007); Ahmed (2008); Fugazza e Vanzetti (2008); Mold e Prizzon (2013); Willenbockel (2013); McDonald, Robinson e Thierfelder (2013); Ofa e Karingi (2014); Islam, Salim e Bloch (2015); Mold e Mukwaya (2015); Amann e Azevedo (2016)), e o modelo MIRAGE¹⁵ (e.g, UNECA (2012); Mevel e Karingi (2013)).

Além disso, apresentam-se trabalhos que utilizam modelos de equilíbrio parcial (e.g., Erzan, Laird e Yeats (1988); Thoumi (1989); Linnemann e Verbruggen (1991); Longo e Sekkat

¹⁴Ressalta-se que essa revisão empírica não tem o objetivo de abarcar toda a literatura empírica existente sobre o tema, mas sim traçar um panorama geral, servindo de base para as análises empíricas desse trabalho.

¹⁵ *Modelling International Relationships in Applied General Equilibrium* (MIRAGE) é um modelo de EGC multirregional e multissetorial com competição imperfeita.

(2004); Akhter e Ghani (2010); Florensa, Ramos e Recalde (2015); Athukorala e Nasir (2018); Huh e Park (2018)).

Em uma investigação da liberalização comercial no setor agrícola e industrial em países em desenvolvimento, Hertel (1999) e Hertel e Martin (2000) mostram que estes países se beneficiam desta liberalização, principalmente no setor industrial.

As reduções tarifárias entre países em desenvolvimento e menos desenvolvidos¹⁶ são benéficas em variáveis como emprego, PIB, exportação, importação e no bem-estar (AHMED, 2008). Além disso, os ganhos de bem-estar advindos do comércio SS são maiores daqueles alcançáveis através de uma redução similar no comércio NS (FUGAZZA; VANZETTI, 2008; MOLD; PRIZZON, 2013).

Em uma análise das reduções tarifárias ao nível inter-regional, por intermédio do SGPC, Erzan, Laird e Yeats (1988) sugerem que a queda tarifária de 100% poderia aumentar o comércio SS em torno de 17%. Para os autores, os benefícios dos acordos preferenciais são desigualmente distribuídos entre os países participantes, sendo que os ganhos projetados para a região asiática é mais do que o dobro dos para os países latino-americanos e mais de 11 vezes para os países da África.

Ainda no âmbito do SGPC, Linnemann e Verbruggen (1991) simularam o impacto de uma redução de 20% e 50% das tarifas de importação sobre produtos manufaturados, tanto do lado das importações quanto para as exportações, entre 39 países menos desenvolvidos. Os resultados demonstram aumentos modestos no comércio, sendo esses maiores no longo prazo.

Há trabalhos que analisam o comércio SS no nível intrarregional na África, América Latina e na Ásia. O processo de integração regional na África, apesar de ser considerado crucial para que o continente desempenhe um papel legítimo na arena global, enfrenta desafios tais como infraestrutura precária, má administração da política econômica e pressões políticas internas (LONGO; SEKKAT, 2004).

Verificando os impactos de uma zona continental de livre de comércio na África, UNECA (2012) aponta para o aumento do comércio intrarregional e inter-regional, com ganhos maiores nos setores industriais comparativamente aos setores agrícolas. Além disso, estima-se um aumento de renda real em torno de 0,20% no continente. Sugere-se que a eliminação completa de barreiras não-tarifárias contribuiria com resultados ainda melhores.

¹⁶ Países que possuem os piores índices de renda per capita, recursos humanos e vulnerabilidade econômica (UNCTAD, 2018b).

Em uma avaliação do impacto de uma área tripartite de livre comércio entre a Comunidade da África Oriental (EAC), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Willenbockel (2013) e Mold e Mukwaya (2015) indicam um aumento das exportações intrarregionais africanas como resultado da eliminação de tarifas. Particularmente encorajador é o fato de que os setores beneficiados são em sua maioria indústrias.

Analisando os efeitos de uma liberalização econômica total na África com emprego do modelo GTAP, agregando os produtos por intensidade tecnológica segundo os parâmetros da OCDE (2011), Amann e Azevedo (2016) observam expansão do bem-estar no continente, via melhorias na eficiência alocativa e ganhos sobre os termos de troca, além de expansão comercial. Entretanto, esses ganhos são minimizados em um cenário de liberalização parcial do setor agrícola, reforçando a relevância dos produtos primários na região.

Ofa e Karingi (2014) preocupam com o processo de integração comercial africano em relação à criação de emprego e apoio à industrialização. Para os autores o nível global de industrialização é baixo e heterogeneamente distribuído entre as economias africanas. Os resultados obtidos pelo modelo GTAP sugerem que os insumos intermediários importados são pontos críticos para o processo de industrialização.

A partir de uma análise da integração comercial intra-latino-americana e caribenha, Thoumi (1989) aponta que os países mais ricos importam mais produtos baseados em recursos naturais do que produtos manufaturados dos países mais pobres. Assim, países maiores e mais ricos desfrutam de grandes superávits comerciais, particularmente em manufaturas. Os resultados da integração comercial são mistos para os diferentes sistemas de integração, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e a Comunidade Caribenha (CARICOM) contribuíram substancialmente para o comércio de manufaturados, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) obteve resultados moderados, enquanto o impacto do Grupo Andino foi fraco.

Os efeitos da maior integração econômica na Associação Latino-Americana de Integração¹⁷ (ALADI) também foram simulados por Florensa, Ramos e Recalde (2015). Os autores diferem os níveis de integração nas margens comerciais, o *timing* e a qualidade institucional dos acordos comerciais em diferentes setores. Os resultados fornecem evidências dos benefícios da integração regional, incluindo o fomento do setor industrial no longo prazo,

¹⁷ O Tratado de Montevideu, 1980, instituiu a ALADI e substituiu o Tratado assinado em 18 de fevereiro de 1960, pelo qual havia sido criada a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio).

o que está de acordo com os objetivos de desenvolvimento e industrialização dos membros da ALADI.

No caso intra-asiático, nota-se que esta região é comercialmente mais integrada comparativamente à África e a América Latina (HUH e PARK, 2018). O aumento do comércio intrarregional e do comércio total asiático deve-se à expansão de redes de produção na região, tais como no Leste e Sudeste Asiático, além dos chamados “drivers asiáticos”- China e Índia (ATHUKORALA; NASIR, 2018).

Em uma análise da maior integração comercial entre a China, Índia e o Leste e Sudeste Asiático, McDonald, Robinson e Thierfelder (2013) verificam o aumento do bem-estar na Ásia e efeitos positivos nos termos de troca em outros países em desenvolvimento, com queda nos preços de importação e aumento nos preços de exportação de produtos primários. Entretanto, a melhoria nos termos de troca pode afetar países em desenvolvimento ricos em recursos naturais no longo prazo, como os africanos, devido à doença holandesa¹⁸, aumentando a lacuna do comércio manufatureiro nesses países.

A facilitação do comércio no Sul da Ásia, apesar dessa região ser menos integrada intrarregionalmente comparativamente a outras regiões asiáticas, é um instrumento para sua expansão, com a Índia capturando a maior parte dos ganhos dessa liberalização (BANDARA; YU, 2003; ISLAM; SALIM; BLOCH, 2015).

A análise de um acordo de livre comércio entre diferentes integrações regionais e acordos bilaterais de livre comércio no Sul da Ásia, demonstra ganhos de bem-estar para a Índia, Sri Lanka e outros países do Sul da Ásia, exceto para Bangladesh, devido ao efeito negativo do desvio comercial (RAIHAN; RAZZAQUE, 2007).

Em um estudo sobre os benefícios e um acordo de livre comércio dos países da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), Akhter e Ghani (2010) mostram que o acordo comercial pode desviar o comércio para os países membros da SAARC, assim como para os países não-membros. No entanto, o volume de comércio aumenta somente se os principais parceiros (Paquistão, Índia e Sri Lanka) assinarem acordos comerciais regionais.

¹⁸ A doença holandesa é caracterizada pela sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país resultante da existência de recursos naturais abundantes, o que pode levar a um declínio da atividade industrial dos países e ao aumento das importações manufatureiras, dificultando o desenvolvimento econômico destes (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO. 2016).

O agente regional é responsável pela captação e distribuição de todas as despesas e receitas da economia, que formam a renda regional. A renda regional é proveniente do pagamento das firmas pelo uso dos fatores de produção (VOA) e pelo recolhimento de impostos. Os impostos são atribuídos às famílias, governo e produtores – TAXES – e, ao restante do mundo, por meio das importações (MTAX) e exportações (XTAX).

A renda regional é distribuída aos agentes privados (PRIVEXP), ao governo (GOVEXP) e à poupança global (SAVE): :

$$U = (PRIVEXP)^{\theta_{privexp}} (GOVEXP)^{\theta_{govexp}} (SAVE)^{\theta_{save}} \quad (1)$$

A renda regional é exaurida no modelo com as despesas dos agentes privados e do governo e de suas poupanças. Os agentes privados gastam a renda que recebem do agente regional em consumo doméstico (VDPA) e/ou importado (VIPA), além do pagamento de impostos (TAXES). O governo aloca sua renda em consumo doméstico (VDGA) e/ou importado (VIGA) e também ao pagamento de impostos (TAXES).

A demanda do governo é modelada pela função de utilidade Cobb-Douglas, uma vez que se considera que as elasticidades preços e renda são unitárias, ou seja, variam na mesma proporção. Já a demanda das famílias é modelada pela forma funcional *Constant Difference of Elasticity* (CDE) flexíveis às mudanças de preços e rendas, dada a natureza não-homotética da demanda desse grupo.

A poupança global, que representa o setor bancário do modelo, intermedeia a poupança e comércio globais, não deixando lacunas entre a oferta e a demanda por bens (HERTEL; TSIGAS, 1997). Essa intermediação se dá por meio de uma carteira de investimento global, formada por investimentos regionais líquidos de depreciação, que é ofertada aos agentes regionais de modo que estes possam exaurir a parte de suas rendas alocada em poupança. Por fim, a poupança é destinada em sua totalidade aos investimentos pelas firmas, têm-se assim uma definição neoclássica do investimento sendo guiado pela poupança, de forma que:

$$S - I = X - M \quad (2)$$

A diferença entre a poupança (S) e o investimento (I) em uma economia iguala-se ao saldo da balança comercial, exportações (X) menos importações (M). Por se tratar de um modelo estático, estes investimentos não são retroalimentados na economia e não afetam, portanto, a atividade produtiva. Todavia, a variação de investimento nas regiões pode afetar a produção e o comércio por meio dos seus efeitos sobre a demanda final.

Quanto às firmas, essas tem sua produção, Y_i , modelada pela tecnologia do tipo Leontief que, por intermédio de coeficientes fixos α , combina um conjunto de bens intermediários (VA),

ou seja, insumos de outras firmas ou delas próprias, a um conjunto de fatores primários de produção (IC), a saber, terra, capital, trabalho qualificado e trabalho não qualificado. Além disso, por hipótese de separabilidade, não se admite substituição entre consumo intermediário e fatores de produção. Esta estrutura de produção pode ser representada da seguinte forma:

$$Y_i = \alpha_{va}VA + \alpha_{ic}IC \quad (3)$$

A escolha entre consumo intermediário doméstico (VDFA) ou importado (VIFA) segue o pressuposto de Armington, o qual postula que bens de origens distintas são substitutos imperfeitos. Essa premissa é desejável no modelo uma vez que se trata de diferentes regiões que produzem e consomem diferentes tipos de bens entre si, o que permite maior realismo a modelagem.

As receitas das firmas são advindas da venda de seus produtos aos agentes privados (VDPA), ao governo (VDGA), a outros produtores (VDFA) e ao restante do mundo (VXMD). Além disso, as firmas contam também com o financiamento da poupança global (NETINV). As despesas das firmas, por sua vez, destinam-se ao pagamento dos fatores primários de produção (VOA) e ao consumo intermediário doméstico (VDFA) e importado (VIFA).

Assume-se ainda que toda receita gerada pelas firmas seja gasta com o consumo de fatores primários de produção e bens intermediários, resultando em lucro zero, que é a pressuposição do fechamento do modelo.

Outro importante pressuposto do GTAP é sua modelagem a partir de preços relativos, onde cada região possui um preço numérico próprio no qual se baseiam todos os preços de sua economia e, além disso, os preços numéricos de todas as regiões são relacionados a um preço numérico global, um tipo de taxa de câmbio real.

No fechamento padrão do GTAP parte-se da premissa de ausência de desemprego consideram-se os investimentos e o saldo do balanço de pagamento como sendo fixos. Dessa forma, cabe à taxa de câmbio real acomodar os ajustes nas exportações e importações após os choques.

O GTAP também trata as margens de comércio e os impostos ou subsídios à produção nacional ou externa. As exportações são valoradas a *Free On Board* (FOB) e as importações são modeladas a *Cost Insurance Freight* (CIF).

4.2 Base de Dados

Utiliza-se a versão 9.0 do modelo GTAP, para o ano de 2011. Essa versão possui 140 regiões e 57 setores, e possibilita a agregação setorial, regional, bem como dos fatores primários de produção. O Quadro 1 traz a agregação regional e setorial do modelo.

Na agregação regional das 140 regiões consideram-se 69 países do G-77 presentes na base do GTAP agregados em seis regiões: China, Leste e Sudeste Asiático, Sul da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e África Subsaariana. A China é analisada separadamente dada à expressividade comercial desse país no G-77, representando 25,10% do total comercializado entre os 69 países do grupo em 2011 (GRÁFICO 2).

Juntos, esses 69 países representaram, em média, 94% do total comercializado entre os países do G-77 durante o período de 1995-2017, sendo que em 2011 essa representação foi de 93,93% (UNCTADstat, 2019). Os demais países do GTAP foram agregados na região denominada “restante do mundo” (QUADRO 1).

Os 57 setores da base do GTAP 9.0 estão divididos em produtos industriais, produtos primários e serviços. Os produtos industriais foram agregados conforme os parâmetros da OCDE (2011) em: baixa, média-baixa, média-alta e alta tecnologia. Os produtos destinados a cada setor são apresentados no Quadro 1.

Os fatores primários de produção estão agregados em quatro categorias: terra (o qual inclui os recursos naturais), capital, trabalho¹⁹ qualificado e trabalho não qualificado. O trabalho e o capital são fatores de produção perfeitamente móveis, já o fator terra é imóvel e faz-se presente apenas no setor de produção de bens primários.

¹⁹ O agrupamento de emprego por ocupação utilizado nas bases do GTAP 9.0 é baseado na Organização Internacional do Trabalho.

QUADRO 1 – Agregação regional e setorial do GTAP 9.0

Agregação Regional	Agregação Setorial
<p>China</p> <p>Outros países do G-77:</p> <p>Leste e Sudeste Asiático Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Indonésia, Filipinas, Laos, Malásia, Mongólia, Tailândia, Vietnã.</p> <p>Sul da Ásia Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão, Sri Lanka.</p> <p>América Latina e Caribe Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela.</p> <p>Oriente Médio e Norte da África Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Egito, Emirados Árabes, Irã, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã, Tunísia.</p> <p>África Subsaariana África do Sul, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Guiné, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.</p> <p>Restante do Mundo África Central, Albânia, Alemanha, Armênia, Áustria, Austrália, Azerbaijão, Belarus, Bélgica, Bielorrússia, Bulgária, Canadá, Caribe, Cazaquistão, Chipre, Coreia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Porto Rico, Portugal, Quirguistão, Reino Unido, República Checa, Restante da América do Norte, Restante da Ásia, Restante do Leste da Ásia, Restante do Sudeste da Ásia, Restante do Sul da Ásia, Restante da Ásia Ocidental, Restante da África do Norte, Restante da África Ocidental, Restante do Leste da África, Restante do Mundo, Restante do Leste da Europa, Restante da Europa, Restante das ex-Repúblicas Soviéticas, Restante da Oceânia, Restante da União Européia, Romênia, Sul da África Central, Suécia, Suíça, Taiwan, Turquia, Ucrânia.</p>	<p>Produtos primários: Arroz cru (pdr), trigo e centeio (wht), outros grãos (gro), vegetais e frutas (v_f), sementes oleosas (osd), cana e beterraba (c_b), fibras vegetais (pfb), outras culturas (ocr), criação de animais (ctl), outros produtos de animais (oap), leite cru (rmk), outros produtos animais (wol), silvicultura, exploração florestal e atividades e serviços relacionados (frs), pesca, caça, repovoamento cinético e atividades dos serviços relacionados, pesca, piscicultura, atividades de serviços relacionados com pesca (fsh), carvão (coa), petróleo e serviços relacionados (oil), gás e serviços relacionados (gas), outras atividades de mineração (omn), carne: gado, ovelha, cabra, cavalo (cmt), outros produtos da carne (omt).</p> <p>Indústrias de baixa tecnologia: Óleos Vegetais (vol), produtos lácteos (mil), arroz processado (pcr), açúcar (sgr), outros alimentos (ofd), bebidas e tabaco (b_t), têxteis (tex), vestimentos (wap), produtos de couro (lea), madeira serrada e produtos de madeira e cortiça(lum), papel e produtos de papelaria (ppp).</p> <p>Indústrias de média-baixa tecnologia: Petróleo e coque refinados (p_c), minerais não metálicos (nmm), ferro e aço (i_s), metais não ferrosos (nfm), produtos de metal (fmp), produtos químicos, borracha e plásticos (crp).</p> <p>Indústrias de média-alta tecnologia: Veículos automotores (mvh), outros equipamentos de transportes (otn), outras manufaturas (omf).</p> <p>Indústrias de alta tecnologia: Equipamentos eletrônicos (ele), outras máquinas e equipamentos (ome).</p> <p>Serviços: Eletricidade (ely), distribuição de gás (gdt), água (coleta, tratamento e distribuição) (wtr), construção (cns), comércio (tdr), outros tipos de transportes (otp), transporte marítimo (wtp), transporte aéreo (atp), comunicação: correios e telecomunicação (cmn), serviços financeiros (ofi), seguros (isr), outros serviços para empresas (obs), Recreação e outros serviços (ros), Administração pública, defesa, saúde, educação (osg), habitações (dwe).</p>

Fonte: elaboração própria a partir da base de dados do GTAP 9.0.

4.3 Estratégias Empíricas

As análises de impacto têm por base o acordo comercial fechado na Terceira Rodada de São Paulo em 2009, ocorrido no âmbito do SGPC, o qual estabeleceu cortes tarifários de 20% sobre tarifas aplicadas em produtos agrícolas e industriais.

A ideia é simular a expansão desse acordo para os países do G-77 presentes na base de dados do GTAP 9.0, conjecturando a análise da maior integração comercial entre o grupo, como pretendido pela Declaração de São Paulo. Além disso, essa declaração salientou que os benefícios da liberalização do comércio no G-77 dar-se-iam sobretudo ao nível inter-regional, bem como destacou a importância da China aderir ao SGPC (UNCTAD, 2004b). Dessa forma, três cenários são considerados:

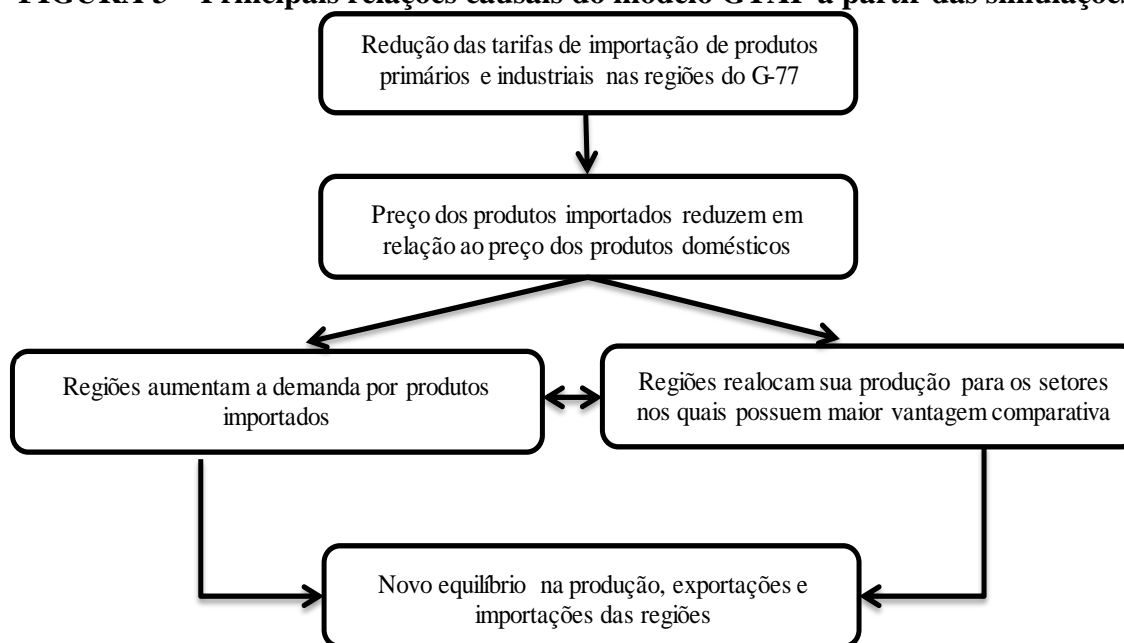
- 1) Cenário 1: Queda de 20% nas tarifas de importação em produtos primários e industriais, de forma bilateral, entre todas regiões do G-77 (QUADRO 1);
- 2) Cenário 2: O cenário 1 desconsiderando a integração intrarregional das regiões, de modo a captar a integração inter-regional.

Ou seja, as regiões do Leste e Sudeste Asiático, Sul da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e a África Subsaariana não reduzem suas tarifas de importação intrarregionais nesse cenários. A China, por se tratar de um único país, não faz importação consigo mesma, mas reduz suas tarifas de importação com as demais regiões nesse cenário.

- 3) Cenário 3: O cenário 1 desconsiderando a presença da China nos acordos bilaterais de redução tarifária.

As análises são feitas a partir da tarifa sobre produtos importados “tms”, na qual se estabelece uma queda de 20% nos três cenários. A Figura 3 apresenta, de forma esquemática, os mecanismos de relações causais do modelo posteriormente ao choque.

Com a queda tarifária simulada, o preço de importação diminui em relação ao preço da variedade doméstica, com isso as regiões alocam sua produção nos seguimentos que possuem maior vantagem comparativa (considerando a redução tarifária) e aumentam suas importações, principalmente nos setores em que se tornam menos competitivas. Essa reorientação da produção nas regiões faz com que o modelo atinja um novo equilíbrio.

FIGURA 3 – Principais relações causais do modelo GTAP a partir das simulações

Fonte: Elaboração própria a partir da estrutura do modelo GTAP.

A Tabela 1 traz as tarifas de importação praticadas entre as regiões do G-77, em produtos primários e industriais.

TABELA 1 – Tarifas de importações entre o G-77– valores percentuais

	Produtos primários					
	China	Leste e Sudeste Asiático	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África	África Subsaariana
China	0	5,44	13,09	10,62	7,71	8,90
Leste e Sudeste Asiático	0,05	2,01	4,03	5,90	5,95	9,02
Sul da Ásia	1,02	8,03	7,35	8,01	6,17	14,85
América Latina e Caribe	0,84	5,42	1,41	1,14	7,05	9,06
Oriente Médio e Norte da África	0,05	0,17	0,63	1,03	0,49	0,36
África Subsaariana	1,02	1,99	1,59	0,81	4,20	1,86
	Indústrias de baixa tecnologia					
	China	Leste e Sudeste Asiático	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África	África Subsaariana
China	0	7,52	16,10	15,11	13,99	21,98
Leste e Sudeste Asiático	4,45	5,90	44,71	15,81	9,86	13,62
Sul da Ásia	5,30	7,98	10,34	15,83	9,86	17,14
América Latina e Caribe	9,92	4,55	6,93	4,50	7,80	11,05
Oriente Médio e Norte da África	10,74	8,03	13,45	17,25	5,23	16,41
África Subsaariana	5,44	2,61	14,76	10,44	19,95	11,01

Continua

Indústrias de média-baixa tecnologia						
	China	Leste e Sudeste Asiático	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África	África Subsaariana
China	0	3,75	8,12	7,22	9,95	9,84
Leste e Sudeste Asiático	3,14	3,06	8,79	7,12	18,10	6,62
Sul da Ásia	3,13	2,10	8,96	3,19	6,45	5,36
América Latina e Caribe	1,65	1,71	6,62	1,00	5,03	5,78
Oriente Médio e Norte da África	4,69	2,57	7,75	2,32	1,82	4,11
África Subsaariana	1,29	0,77	8,93	6,75	2,61	4,72
Indústrias de média-alta tecnologia						
	China	Leste e Sudeste Asiático	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África	África Subsaariana
China	0	7,24	12,09	13,67	18,30	12,25
Leste e Sudeste Asiático	4,74	6,54	14,46	13,27	6,12	15,42
Sul da Ásia	4,90	7,27	13,90	14,39	5,09	16,61
América Latina e Caribe	4,27	9,00	9,77	1,03	9,48	10,32
Oriente Médio e Norte da África	10,87	4,09	10,13	8,44	5,86	12,30
África Subsaariana	11,43	9,12	11,24	11,20	7,80	10,00
Indústrias de alta tecnologia						
	China	Leste e Sudeste Asiático	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África	África Subsaariana
China	0	1,98	5,43	8,62	6,73	5,89
Leste e Sudeste Asiático	0,93	1,63	5,50	8,03	5,29	4,72
Sul da Ásia	4,45	3,29	4,76	9,09	3,39	5,35
América Latina e Caribe	3,61	1,00	6,53	1,50	6,23	4,29
Oriente Médio e Norte da África	5,34	1,29	7,59	8,37	9,01	7,62
África Subsaariana	5,27	3,66	6,53	6,91	3,21	3,80

Fonte: elaboração própria a partir do GTAP 9.0.

Alguns pontos podem ser enfatizados: i) as tarifas de importação entre a China e o Leste e Sudeste Asiático são menores comparativamente as praticadas por essas regiões com as demais; ii) as tarifas de importação da América Latina e Caribe, do Oriente Médio e Norte da África e da África Subsaariana são, em geral, maiores para os produtos provenientes da China e do Leste e Sudeste Asiático; iii) o setor de baixa tecnologia no Sul da Ásia é altamente protegido em relação às importações do Leste e Sudeste Asiático (44,71%); iv) as tarifas de importação da África Subsaariana sob produtos provenientes da América Latina e Caribe são menores comparativamente as de produtos provenientes do Oriente Médio e Norte da África, exceto no setor de produtos primários e na indústria de média-baixa tecnologia; v) as tarifas de

importações intrarregionais na América Latina e Caribe são menores comparativamente às suas importações com as demais regiões.

O Apêndice C traz as elasticidades da demanda por importação em relação a uma redução tarifária de 1%, as quais são negativas indicando um aumento das importações dado à queda nas tarifas de importação nos produtos primários, produtos industriais de baixa, média-baixa, média-alta e alta tecnologia. Por exemplo, a elasticidade da demanda por importação da China com relação aos produtos primários do Sul da Ásia é de -0,1157, dessa forma, considerando a redução tarifária de 20%, a quantidade demandada por importações aumenta em 2,314, *ceteris paribus*.

5. RESULTADOS

Essa seção apresenta os impactos dos três cenários analisados no PIB, na produção setorial, nas exportações e no bem-estar nas regiões compostas por países do G-77 e no restante do mundo.

5.1 Impactos no Produto Interno Bruto

A Tabela 2 apresenta o impacto dos três cenários sobre o PIB²⁰, decompondo-o em valor, preço e quantidade.

A integração do G-77, considerando ou não a integração intrarregional (cenários 1 e 2), leva ao aumento do valor do PIB na China, Leste e Sudeste Asiático e no Sul da Ásia. Opostamente, observa-se queda no valor do PIB no Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana. A América Latina e Caribe apresenta impacto de 0,0018% no valor do PIB no cenário 1 e negativo no cenário 2 (-0,04%) .

TABELA 2 – Impactos no Produto Interno Bruto– variações percentuais

Regiões	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
	Valor	Preço	Quantidade	Valor	Preço	Quantidade	Valor	Preço	Quantidade
China	0,26	0,24	0,02	0,29	0,26	0,02	-0,08	-0,08	0,00
Leste e Sudeste Asiático	0,37	0,34	0,03	0,25	0,22	0,02	0,41	0,38	0,03
Sul da Ásia	0,09	-0,04	0,13	0,05	-0,08	0,13	0,27	0,15	0,12
América Latina e Caribe	0,00	-0,02	0,02	-0,04	-0,06	0,02	0,09	0,08	0,01
Oriente Médio e Norte da África	-0,04	-0,08	0,04	-0,07	-0,10	0,04	0,06	0,04	0,02
África Subsaariana	-0,14	-0,20	0,06	-0,19	-0,25	0,06	0,01	-0,02	0,03
Restante do Mundo	-0,09	-0,09	0,00	-0,07	-0,07	0,00	-0,05	-0,05	0,00

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0.

A variação positiva no valor do PIB da China e do Leste e Sudeste Asiático advém principalmente do efeito positivo nos preços, já no Sul da Ásia, está ligada ao aumento da quantidade produzida. Esse aumento nos preços na China e no Leste e Sudeste Asiático é devido à elevação dos preços de suas exportações (TABELA 3), em virtude do aumento da demanda externa por seus produtos.

²⁰ O cálculo do valor do PIB, pela ótica da produção, é dado pela multiplicação do *preço* que um produto final custa vezes a *quantidade* produzida desse produto em determinado período de tempo.

Os resultados negativos no valor do PIB da América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e da África Subsaariana são derivados do efeito negativo dos preços dessas regiões, que decrescem em virtude da queda nos preços de exportações (TABELA 3) e dos preços de importações (TABELA 4).

No cenário 3, sem a China, o valor do PIB decresce nessa região e aumenta nas demais regiões do G-77 (TABELA 2), as quais apresentam crescimento no valor do PIB advindo, sobretudo, da expansão dos preços. Tendo em vista que a China é um grande mercado produtor e exportador de produtos industriais para o G-77 e não está presente nesse terceiro cenário, as exportações aumentam entre as demais regiões do G-77, principalmente nos seguimentos industriais. Conseqüentemente, ocorre uma elevação dos preços desses produtos, pressionando os preços internos nessas regiões, exceto na África Subsaariana, que apresenta impacto negativo nos preços (-0,05%) (TABELA 2).

A queda nos preços da África Subsaariana deve-se a queda nos preços de exportação de seus produtos industriais de baixa (-0,01%), média-baixa (-0,02%) e média-alta tecnologia (-0,03%) (TABELA 3). Essa queda mostra que as exportações dessa região continuam não competitivas dada a integração comercial com o G-77, ou seja, a demanda por estas não se eleva e ao ponto de pressionar os preços, mesmo sem a presença da China.

Outro fator que chama atenção é uma variação positiva menor da quantidade produzida na América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana no cenário 3 correspondendo, respectivamente, a 0,01%, 0,02% e 0,03% (TABELA 2). Essas variações representam em torno da metade das variações apresentada nos cenários 1 e 2, o que demonstra o impacto da economia chinesa na produção dessas regiões, o qual ocorre principalmente devido sua demanda por produtos primários.

TABELA 3 – Preço das exportações– variações percentuais

Regiões	Produtos primários			Indústrias de baixa tecnologia			Indústrias de média-baixa tecnologia			Indústrias de média-alta tecnologia			Indústrias de alta tecnologia			Serviços		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
China	0,16	0,18	-0,04	0,17	0,19	-0,06	0,16	0,17	-0,05	0,18	0,20	-0,06	0,17	0,19	-0,06	0,23	0,25	-0,07
Leste e Sudeste Asiático	0,16	0,09	0,20	0,19	0,12	0,24	0,16	0,10	0,20	0,16	0,12	0,20	0,18	0,13	0,20	0,40	0,26	0,40
Sul da Ásia	0,11	0,05	0,19	-0,03	-0,06	0,12	-0,11	-0,12	0,02	-0,03	-0,05	0,12	-0,13	-0,14	0,04	0,11	0,07	0,25
América Latina e Caribe	0,07	0,04	0,09	-0,03	-0,06	0,06	-0,01	-0,04	0,06	-0,07	-0,10	0,04	-0,04	-0,08	0,06	0,02	-0,03	0,09
Oriente Médio e Norte da África	-0,03	-0,04	0,02	-0,13	-0,15	0,00	-0,01	-0,04	0,06	-0,08	-0,11	0,03	-0,01	-0,04	0,08	0,03	-0,02	0,10
África Subsaariana	0,00	-0,04	0,06	-0,17	-0,21	-0,01	-0,15	-0,18	-0,02	-0,19	-0,23	-0,03	-0,13	-0,18	0,01	-0,08	-0,15	0,05
Restante do Mundo	-0,05	-0,05	-0,01	-0,07	-0,06	-0,04	-0,07	-0,06	-0,03	-0,07	-0,06	-0,04	-0,07	-0,06	-0,04	-0,08	-0,07	-0,05

Nota: 1= Cenário 1; 2= Cenário 2 e 3= Cenário 3.

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0.

TABELA 4 – Preço das importações– variações percentuais

Regiões	Produtos primários			Indústrias de baixa tecnologia			Indústrias de média-baixa tecnologia			Indústrias de média-alta tecnologia			Indústrias de alta tecnologia			Serviços		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
China	-0,01	-0,02	0,03	-0,02	-0,03	0,03	-0,03	-0,04	0,01	-0,07	-0,05	-0,03	-0,04	-0,03	-0,01	-0,03	-0,04	0,01
Leste e Sudeste Asiático	0,00	-0,01	0,04	0,06	0,05	0,04	0,03	0,02	0,03	0,00	0,00	0,01	0,04	0,04	0,02	-0,04	-0,04	-0,01
Sul da Ásia	-0,02	-0,03	0,02	0,07	0,06	0,06	-0,01	-0,01	0,00	-0,02	-0,02	-0,01	0,04	0,04	-0,01	-0,03	-0,03	0,00
América Latina e Caribe	0,01	0,00	0,05	0,01	0,01	0,01	-0,03	-0,03	0,00	-0,04	-0,03	-0,01	-0,01	0,00	-0,03	-0,04	-0,04	0,00
Oriente Médio e Norte da África	-0,01	-0,02	0,03	0,01	0,00	0,01	-0,03	-0,03	0,00	-0,03	-0,03	0,01	-0,01	0,00	-0,02	-0,04	-0,03	-0,01
África Subsaariana	-0,02	-0,03	0,02	0,02	0,01	0,02	-0,03	-0,04	-0,01	-0,04	-0,03	-0,02	-0,01	-0,01	-0,02	-0,04	-0,04	-0,01
Restante do Mundo	-0,02	-0,03	0,02	-0,04	0,00	-0,01	-0,03	-0,03	-0,01	-0,08	-0,03	-0,03	0,13	0,01	-0,03	0,00	-0,04	-0,01

Nota: 1= Cenário 1; 2= Cenário 2 e 3= Cenário 3.

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0.

5.2 Impactos na Produção

A Tabela 5 traz o impacto na produção nos três cenários. Nos cenários 1 e 2 que correspondem, respectivamente, a integração comercial no G-77 com e sem a integração intarregional das regiões, observa-se que a China e o Leste e Sudeste Asiático diminuem a produção de produtos primários e produtos industriais de alta tecnologia. A China decresce também a produção na indústria de média-baixa tecnologia. Nos demais setores, essas regiões aumentam a produção. Já o Sul da Ásia, apresenta aumento da produção industrial de média-alta e alta tecnologia e de serviços e queda na produção nos demais setores.

A América Latina e Caribe apresenta queda na produção em todos os seguimentos industriais e aumento na produção do setor de produtos primários e serviços, dada sua integração comercial com o G-77 nos cenários 1 e 2. Esse movimento ocorre em maior magnitude no cenário 2, o qual desconsidera a maior integração intrarregional da América Latina e Caribe.

Verifica-se também o aumento da produção industrial de média-alta e alta tecnologia no Oriente Médio e Norte da África e de alta tecnologia na África Subsaariana no cenário 1 e a queda nessas atividades no cenário 2. Esses resultados mostram a importância da eliminação de barreiras intrarregionais ao comércio para o avanço da produção industrial e tecnológica na América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana (UNECA, 2012; WILLENBOCKEL, 2013; MOLD; MUKWAYA, 2015).

No cenário 3, no qual a integração comercial dos países do G-77 ocorre sem a presença da China, os resultados se alteram em alguns casos, dentre os quais a China eleva a produção de produtos primários e no seguimento industrial de alta tecnologia. Opostamente, o Leste e Sudeste Asiático apresentam queda mais acentuada no setor industrial de alta tecnologia (-0,73%) comparativamente aos cenários 1 e 2.

O Sul da Ásia apresenta menores perdas na produção industrial no cenário 3, comparativamente aos demais cenários. Entretanto, assim como nos cenários 1 e 2, a produção industrial dessa região mantém impacto positivo apenas nos seguimentos industriais de média-alta e alta tecnologia.

As regiões da América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e África Subsaariana possuem um aumento menor na produção de produtos primários e serviços no cenário 3 em comparação com os cenários anteriores. Com destaque para a queda na produção de produtos primários da África Subsaariana, que passa a ser negativa em -0,03% no cenário 3.

TABELA 5 –Impactos na produção– variações percentuais

Regiões	Produtos primários			Indústrias de baixa tecnologia			Indústrias de média-baixa tecnologia			Indústrias de média-alta tecnologia			Indústrias de alta tecnologia			Serviços		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
China	-0,07	-0,08	0,03	0,18	0,20	-0,09	-0,03	-0,04	0,02	0,13	0,14	-0,01	-0,23	-0,24	0,07	0,03	0,03	-0,01
Leste e Sudeste Asiático	-0,20	-0,14	-0,17	0,63	0,66	0,82	0,08	0,02	-0,02	0,46	0,13	0,61	-0,49	-0,43	-0,73	0,00	-0,01	-0,01
Sul da Ásia	-0,01	-0,02	-0,05	-0,49	-0,47	-0,38	-0,06	-0,09	-0,04	0,51	0,54	0,53	0,10	0,13	0,14	0,05	0,05	0,04
América Latina e Caribe	0,07	0,10	0,01	-0,09	-0,13	0,06	-0,14	-0,13	-0,14	-0,18	-0,22	-0,02	-0,50	-0,50	-0,16	0,03	0,03	0,01
Oriente Médio e Norte da África	-0,09	-0,06	-0,10	-0,53	-0,62	0,16	0,30	0,35	0,27	0,06	-0,07	0,27	0,16	-0,42	0,35	0,05	0,05	0,01
África Subsaariana	0,06	0,11	-0,03	-0,93	1,07	-0,35	0,36	0,32	0,36	-0,05	-0,12	-0,06	0,01	-0,12	0,07	0,03	0,02	0,02
Restante do Mundo	0,04	0,02	0,04	-0,04	-0,04	-0,02	-0,03	-0,02	-0,02	-0,08	-0,06	-0,05	0,13	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: 1= Cenário 1; 2= Cenário 2 e 3= Cenário 3.

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0.

Além disso, essas regiões em geral apresentam perdas menores na produção nos seguimentos industriais sem a presença da China nos acordos de redução tarifária, o que corrobora as análises que demonstram que a China representa uma força desindustrializante/reprimarizante para países africanos e latino-americanos (BLÁZQUEZ-LIDOY; RODRÍGUEZ; SANTISO, 2006; BOARDMAN, 2007; MARTIN, 2008; JENKINS; PETERS; MOREIRA, 2008; KIM; LEE, 2014; AFONSO; BASTOS; PEROBELLI, 2018).

O restante do mundo apresenta queda na produção industrial, sendo essa menor no cenário 3 do que nos cenários 1 e 2, exceto para o seguimento industrial de alta tecnologia, que decresce -0,13% no cenário 3. O decrescimento da produção industrial de alta tecnologia do restante do mundo está vinculado ao aumento da produção chinesa nesse seguimento, uma vez que a China é um grande mercado exportador para o restante do mundo, dada sua inserção nas CGVs, com ligações com regiões da Europa, e América do Norte (ATHUKORALA; NASIR, 2018).

5.3 Impactos nas Exportações

A Tabela 6 apresenta o impacto nas exportações nos três cenários. De forma geral, as exportações do G-77 elevam-se, tal como vislumbrado pelo acordo comercial da terceira rodada de negociações do SGPC e decresce no restante do mundo. Esse aumento das exportações do G-77, dada à redução tarifária no grupo, e a queda das exportações no restante do mundo pode caracterizar o chamado desvio de comércio (VINER, 1950).

Além disso, o volume total dessas exportações é desigualmente distribuído entre as regiões e os setores corroborando a estrutura de comércio existente entre essas regiões, como pode ser visto no Apêndice B.

As exportações de serviços no G-77 diminuem nos três cenários, devido o setor não ter sofrido quedas tarifas de importação, com exceção do impacto positivo na África Subsaariana nos cenários 1 e 2 e na América Latina e Caribe no cenário 2 (TABELA 6).

As exportações no setor industrial de alta tecnologia na China e no Leste e Sudeste Asiático sofrem impacto negativo dada a integração com o G-77 decorrente do fato dessas regiões diminuir suas exportações nesse setor para o restante do mundo, apesar do aumento para o G-77 (APÊNDICE B). Exceto no cenário 3, no qual a China não participa, há aumento das exportações chinesas para o restante do mundo, principalmente no setor industrial de alta tecnologia, do qual decorre sua variação positiva de 0,13%. Entretanto, nos demais seguimentos industriais chineses, o impacto é negativo nesse terceiro cenário.

TABELA 6–Impactos nas exportações– variações percentuais

Regiões	Produtos primários			Indústrias de baixa tecnologia			Indústrias de média-baixa tecnologia			Indústrias de média-alta tecnologia			Indústrias de alta tecnologia			Serviços		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
China	2,08	1,96	0,20	1,00	1,07	-0,39	0,97	1,00	-0,12	1,07	1,08	-0,01	-0,22	-0,24	0,13	-0,66	-0,75	0,26
Leste e Sudeste Asiático	-0,60	-0,54	-0,66	2,50	2,19	2,58	1,07	0,54	0,68	2,44	0,95	2,61	-0,33	-0,37	-0,66	-1,30	-0,86	-1,23
Sul da Ásia	3,94	3,16	2,76	1,67	1,56	1,34	2,18	1,78	1,73	2,88	2,75	2,66	3,16	3,16	2,09	-0,47	-0,33	-0,89
América Latina e Caribe	0,44	0,45	0,18	1,44	0,69	1,25	0,24	0,13	-0,08	0,53	0,01	0,74	0,46	-0,03	0,40	-0,15	0,02	-0,31
Oriente Médio e Norte da África	-0,09	-0,05	-0,12	1,53	0,58	1,56	1,50	1,50	1,16	3,82	2,57	3,89	3,93	0,42	3,72	-0,17	-0,02	-0,35
África Subsaariana	0,39	0,56	0,06	2,42	0,18	2,46	2,01	1,66	1,62	2,41	1,43	1,59	2,45	0,94	1,91	0,20	0,44	-0,18
Restante do Mundo	0,09	0,05	0,08	-0,35	-0,32	-0,17	-0,13	-0,11	-0,07	-0,16	-0,13	-0,11	0,15	0,17	0,00	0,21	0,15	0,15

Nota: 1= Cenário 1; 2= Cenário 2 e 3= Cenário 3.

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0.

O Leste e Sudeste Asiático e o Oriente Médio e Norte da África decrescem suas exportações de produtos primários nos três cenários, sendo essa queda maior no cenário 3, sem a presença da China. As demais regiões do G-77 também decrescem suas exportações de produtos primários no cenário 3 comparativamente aos demais cenários, mas mantém impacto positivo.

Outro fator que chama atenção é a queda nas exportações da América Latina e Caribe em -0,03% no segundo cenário em contraste com a variação positiva de 0,46% do primeiro e de 0,40% no terceiro cenário (TABELA 6). Esse resultado ilustra a importância da integração intrarregional na região para o avanço de suas exportações de alta tecnologia, considerando a integração inter-regional com o G-77. No cenário 3, a América Latina e Caribe decresce em -0,08% suas exportações industriais de média-baixa tecnologia.

5.4 Impactos no Bem-Estar

O efeito do bem-estar no modelo GTAP é medido pela variação equivalente (VE), mensurando a variação na renda que os consumidores teriam de pagar (ou receber) para atingir o novo nível de utilidade (pós-simulação) aos preços iniciais (Y_{EV}), dado o nível inicialmente disponível \bar{Y} :

$$EV = Y_{EV} - \bar{Y} \quad (4)$$

Um resultado positivo indica ganho de bem-estar e, um resultado negativo, perda. Considerando o modelo estático do GTAP, com população, dotações e tecnologia fixas, os efeitos sobre o bem-estar são devidos à redução tarifária nas importações do G-77. Dessa forma, a decomposição do bem-estar é atribuída ao efeito alocação, efeito termos de troca e ao efeito investimento-poupança (I-S). A Tabela 7 traz a decomposição desses efeitos nos três cenários analisados.

O efeito alocação está vinculado à relação entre taxações (tanto impostos pré-existentes quanto aos que podem ser induzidos pelas simulações) e as quantidades de equilíbrio. Assim, dada a redução tarifária dos cenários, os ganhos de eficiência alocativa dão-se pelas importações de produtos mais baratos e a liberação de recursos internos para outros setores nos quais as regiões possuem maior vantagem comparativa.

O efeito termos de troca é decorrente das diferenças entre os preços das exportações e das importações. Já o efeito I-S, deve-se ao fato das regiões serem fornecedoras ou receptoras líquidas de poupança para o banco global, sendo que ao serem fornecedoras se

TABELA 7- Decomposição do bem-estar– valores em milhões de dólares

Regiões	Efeito alocação			Termos de troca			Investimento-Poupança			Total		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
China	1546,34	1650,25	-298,26	3893,25	4317,97	-1242,61	-248,09	-355,00	237,25	5191,50	5613,22	-1303,62
Leste e Sudeste Asiático	750,15	513,43	601,16	2389,79	1569,53	2723,50	-103,86	-66,92	-153,51	3036,08	2016,04	3171,15
Sul da Ásia	3080,62	2910,10	2844,61	-100,58	-191,61	469,69	-23,43	-71,75	245,62	2956,61	2646,74	3559,92
América Latina e Caribe	1033,62	973,24	370,57	268,65	25,78	659,31	65,73	73,57	-14,95	1368,00	1072,60	1014,93
Oriente Médio e Norte da África	930,92	863,36	455,06	9,41	-228,68	474,15	161,22	263,88	-202,68	1101,55	898,56	726,52
África Subsaariana	745,41	662,52	320,74	-147,04	-275,63	110,80	-16,96	-25,62	-1,93	581,41	361,27	429,61
Restante do Mundo	-1521,81	-1336,17	-544,13	-6313,48	-5217,37	-3194,84	165,39	181,84	-109,80	-7669,90	-6371,70	-3848,77

Nota: 1= Cenário 1; 2= Cenário 2 e 3= Cenário 3.

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0.

beneficiam de um aumento nos preços da poupança em relação aos preços dos bens de investimento (HUFF; HERTEL, 2000).

Pela Tabela 7, verifica-se que os ganhos de bem-estar derivados da maior integração comercial no G-77 são apropriados pelo G-77 com efeito negativo para o restante do mundo. No cenário 3 a variação do bem-estar total passa a ser negativa na China, uma vez que este país não participa do acordo comercial com o G-77.

Os ganhos de bem-estar da China e do Leste e Sudeste Asiático são provenientes principalmente do efeito termos de troca. Já no Sul da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana os ganhos advêm, sobretudo, de melhorias na eficiência alocativa, ou seja, quando essas economias reforçam seus padrões de vantagens comparativas. Ressalta-se que os padrões de vantagem comparativa podem revigorar os padrões de comércio NS, com troca de bens primários por bens manufaturados, gerando um *tradeoff* entre “bem-estar” e desenvolvimento das forças produtivas nessas regiões.

O efeito termos de troca, o qual é negativo nos cenários 1 e 2 para as regiões do Sul da Ásia, Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana, varia positivamente nessas regiões no cenário 3, sem a China nos acordos bilaterais. Os ganhos nos termos de troca também passam a compor a maior parte da variação positiva no bem-estar na América Latina e Caribe e no Oriente Médio e Norte da África nesse terceiro cenário.

O efeito I-S tem impacto pequeno na direção do bem-estar, sendo positivo para a América Latina e Caribe e para o Oriente Médio e Norte da África nos cenários 1 e 2 e negativo para as demais regiões. Já no cenário 3, o efeito I-S é positivo para a China e o Sul da Ásia e negativo nas demais regiões.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou investigar os impactos da maior integração comercial no G-77. Formado por 134 países em desenvolvimento, esse grupo tem como objetivo promover a CSS entre seus membros, inclusive no plano comercial, a fim de que esses países possam alcançar o desenvolvimento econômico.

A análise da maior integração comercial entre o grupo tem por base o acordo fechado na terceira rodada de negociações do SGPC, o qual estabeleceu cortes tarifários sobre tarifas aplicadas em produtos agrícolas e industriais.

Utilizando o modelo GTAP, foram analisados três cenários: 1) queda de 20% nas tarifas de importação em produtos primários e industriais, de forma bilateral, no G-77; 2) o cenário 1 desconsiderando a integração intrarregional do Leste e Sudeste Asiático, Sul da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e da África Subsaariana; 3) o cenário 1 desconsiderando a presença da China nos acordos bilaterais.

Os resultados mostram que:

- i. A integração comercial do G-77 leva ao aumento do PIB nas regiões asiáticas e decréscimo deste nas regiões africanas, latino-americanas e caribenhas. Exceto no cenário 3, no qual a China não participa do acordo comercial, o PIB dessas últimas regiões aumenta.
- ii. Com a integração inter-regional do G-77, a produção industrial cresce principalmente nas regiões asiáticas e decresce nas regiões africanas, latino-americanas e caribenhas. A presença da China impacta negativamente a produção industrial nas regiões africanas, latino-americanas e caribenhas, fortalecendo a atividade primária. Já a integração intrarregional, mostra-se como um elemento fortalecedor da atividade industrial dessas regiões, inclusive em setores tecnologicamente mais avançados.
- iii. As exportações crescem no G-77 como fruto da redução tarifária e seguem os padrões de comércio existentes entre as regiões do grupo. Verifica-se que as exportações industriais, principalmente em setores tecnologicamente mais avançados, são fortalecidas com a integração intrarregional.
- iv. O bem-estar cresce no G-77 dada à redução tarifária. Porém, nota-se uma diferença em relação à origem desses ganhos. Na China e no Leste e Sudeste asiático são frutos dos termos de troca. Na região do Sul da Ásia e nas demais regiões, esses ganhos provêm do efeito alocação, ou seja, do fortalecimento do padrão de vantagem comparativa, o

que pode prejudicar o desenvolvimento das forças produtivas dessas regiões no longo prazo.

Os resultados estão em linha com os trabalhos que simularam acordos do SGPC utilizando modelos de equilíbrio parcial, os quais demonstram que os ganhos comerciais se concentrariam na região asiática (ERZAN; LAIRD; YEATS, 1988; LINNEMANN; VERBRUGGEN, 1991). Entretanto, esse trabalho inova ao analisar a integração comercial no G-77, grupo fundador do SGPC, e ao utilizar o modelo global de EGC, GTAP, o qual é amplamente usado para tratar questões relativas ao comércio.

Assim, levanta-se a questão se a integração comercial do G-77 “beneficia equitativamente todos os participantes do GSTP” (UNCTAD, 2004b, p.1) ou se reestabelece o padrão de comércio Norte-Sul criticado pelo G-77, com troca de bens primários por bens manufaturados, principalmente com a presença da China nos acordos de redução tarifária.

De forma geral, os resultados também corroboram elementos teóricos que afirmam que países mais semelhantes entre si, como por exemplo, países regionalmente mais próximos com similaridades em termos de estrutura produtiva, preferências de consumo e níveis de renda, possuem uma tendência de comercializar relativamente mais entre si, além de poderem fortalecer o comércio intraindustrial (LINDER, 1961; KRUGMAN, 1981).

Com isso, postula-se a necessidade das regiões, principalmente da América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e da África Subsaariana, eliminarem barreiras intrarregionais ao comércio, sejam essas tarifárias ou não tarifárias, tendo em vista as possibilidades de ganhos industriais e tecnológicos encontradas nesse comércio.

Os exercícios realizados neste trabalho envolveram apenas reduções nas tarifas *ad valorem* de importação entre os países do G-77. Uma possível continuidade dessa pesquisa seria a estimação dos efeitos causados pela remoção de barreiras não tarifárias sobre o comércio dos países do grupo, especialmente ao nível intrarregional.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, D. L.; BASTOS, S. Q. A.; PEROBELLI, F. S. Latin America and China: mutual benefits or dependency? An approach of computable general equilibrium for selected countries. In: **21st Annual Conference on Global Economic Analysis**, 2018, Cartagena de Indias - Colômbia. 21st Annual Conference on Global Economic Analysis, 2018. Disponível em: <<https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/download/9126.pdf>>.
- AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Revista FORUM, 2005.
- AGATIELLO, O. R. Is south-south trade the answer to alleviating poverty? **Management Decision**, v. 45, p.1252-1269, 2007.
- AKAMATSU, K. A historical pattern of economic growth in developing countries. **Journal of Developing Economies**, v.1, n.1, p.3- 25, 1962.
- AKHTER, N.; GHANI, E. Regional Integration in South Asia: an analysis of trade flows using the gravity model. **The Pakistan Development Review**, v.49, n.2, p.105-118, 2010.
- AMANN, J. C.; AZEVEDO, A. F. Efeitos da integração econômica no continente africano: análise com um modelo de equilíbrio geral computável. IN: XIX Encontro de Economia da Região Sul. **Anais do XIX Encontro de Economia da Região Sul**, Florianópolis, 2016.
- AMSDEN, A. Trade in manufactures between developing countries. **The Economic Journal**, v.86, n.344, p. 778–790, 1976.
- AMSDEN, A. The industry characteristics of intra-Third World trade in manufactures. **Economic Development and Cultural Change**, v.29, n.1, p.1–19, 1980.
- AMSDEN, A. The direction of trade – past and present – and the “learning effects” of exports to different directions. **Journal of Development Economics**, v.23, n.2, p.249-274, 1986.
- ANTRÀS, P. Firms, Contracts, and Trade Structure. **Quarterly Journal of economics**, v.118, n.4, p.1327-1418, 2003.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1997.
- ATHUKORALA, P. C.; NASIR, S. Global production sharing and South-South trade. **Indian Growth and Development Review**, v. 5 n. 2, p. 173-202, 2018.
- BALDWIN, R.; VENABLES, A. J. Spiders and snakes: Offshoring and agglomeration in the global economy. **Journal of International Economics**, v. 90, n.2, p. 245-254, 2013.
- BANDARA, J. S.; YU, W. How Desirable is the South Asian Free Trade Area? A Quantitative Economic Assessment. **The World Economy**, v.36, n.9, p.1293-1323, 2003.
- BLÁZQUEZ –LIDOY, J; RODRÍGUEZ, J; SANTISO, J. Ángel o demonio? Los efectos del comercio chino em los países de América Latina. **Revista de la CEPAL**, n.90, 2006.

BOARDMAN, H. G. **Africa's silk road**. China and India's new economic frontier. The World Bank. 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, J. L.; OREIRO, N. Doença Holandesa. IN: BRESSER-PEREIRA, L.; OREIRO, N.; MARCONI, J. L. **Macroeconomia Desenvolvimentista: Teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

BROCKMEIER, M. A. **Graphical Exposition of the GTAP Model**. GTAP Technical Paper, n 8, 2001.

CAICEDO, J. D.; PEÑAS, A. S. Cooperación Sur-Sur: Nuevas estrategias para repensar la Dependencia. **Revista Latino americana Surmaná**, n.4. Edición Especial Diálogo Sur-Sur, 2010.

CONFEREÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNCTAD). Disponível em <<http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

COP-21. **Conference Of The Parties**. 2015. Disponível em <<https://unfccc6.metafusion.com/cop21/events/2015-12-07-10-30-joint-high-level-segment>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

COXHEAD, I. A new resources curse? Impacts of China's boom on comparative advantage and resource dependence in Southeast Asia. **World Development**, v. 35, n. 7, p. 1099-1119, 2007.

ERZAN, R., LAIRD, S., YEATS, A. On the potential for expanding South-Southtrade through the extension of mutual preferences among developing countries. **World Development**, v.16, n.12, p.1441-1454, 1988.

FLORENSA, L. M.; RAMOS, L. M.; RECALDE, M. L. The effect of economic integration and institutional quality of trade agreements on trade margins: evidence for Latin America. **Review of World Economics**, v.151, n.2, p.329-351, 2015.

FUGAZZA, M.; VANZETTI, D. A South-South survival strategy: the potential for trade among developing countries. **The World Economy**, 2008.

G-77- **GROUP OF 77**. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/index.html>>. Acesso em 31 de março de 2018.

G-77- **GROUP OF 77. Carta de Argel**. Argel, 1967. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/algier~1.htm>>. Acesso em 30 de março de 2018.

G-77- **GROUP OF 77. Declaração Ministerial adotada por ocasião do trigésimo aniversário do Grupo dos 77**. New York, 1994. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/A-49-205-E.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2018.

G-77- **GROUP OF 77. Declaração "Por uma nova ordem mundial para viver bem"** aprovada pela Cúpula de Chefes de Estado e de Governo por ocasião do cinquentenário do Grupo dos 77.

Bolívia, 2014. Disponível em: <[http://www.g77.org/doc/A-68-948\(E\).pdf](http://www.g77.org/doc/A-68-948(E).pdf)> . Acesso em 30 de março de 2018.

GONÇALVES, R. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios**, v.12, n.1, p. 3-20, 1997.

GRAY, K.; GILLS, B. K. South–South cooperation and the rise of the Global South. **Third World Quarterly**, v .37, n. 4, p. 557–574, 2016.

GREENAWAY, D.; MILNER, C. South-South Trade. Theory, Evidence and Policy, **The World Bank Research Observer**, v. 5, n. 1, p. 47–68, 1990.

GROSSMAN, G.; HELPMAN, E. Outsourcing in a global economy. **Review of Economic Studies**, v.72, n.1, p.135-159, 2005.

HAVRYLYSHYN, O. The direction of developing-country trade: empirical evidence of South–South trade. **Journal of Development Economics**.v.19, n.3, p. 255–281, 1985.

HERTEL, T. W. **Global trade analysis: modeling and applications**. New York: Cambridge University Press, 1997

HERTEL, T.; TSIGAS, M. E. **Structure of GTAP**. Global Trade Analysis: Modeling and Applications, Cambridge University Press, 1997.

HERTEL, T. W; MARTIN, W. Liberalising Agriculture and Manufactures in a Millennium Round: Implications for Developing Countries. **Blackwell Publishers Ltd**, p.455-469, 2000.
Thomas W. Hertel and Will Martin

HOCHSTETLER, K. South-South trade and the environment: a Brazilian case study. **Global Environmental Politics**, v.13, n.1, p.30-48, 2013.

HUFF, K. M.; HERTEL, T. W. **Decomposing Welfare Changes in the GTAP Model**. GTAP Technical Paper n. 5. Center for Global Trade Analysis. West Lafayette, Purdue University, 2000.

HUH, H. S.; PARK, C. Y. Asia-Pacific regional integration index: Construction, interpretation, and comparison. **Journal of Asian Economics**, v.54, p. 22-38, 2018.

ICTSD. **Países em desenvolvimento concluem acordo de comércio Sul-Sul**. 7 de dezembro de 2009. Disponível em:<<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/pa%C3%ADses-em-desenvolvimento-concluem-acordo-de-com%C3%A9rcio-sul-sul>>. Acesso em 11 de julho de 2018.

ISLAM, A.; SALIM. R.; BLOCH, H. Welfare Impacts of Preferential Trade Liberalization in South Asia. **The Journal of Developing Areas**, v.49, n. 5, p. 285-292, 2015.

JENKINS, R.; PETERS, E. D.; MOREIRA, M. M. The impact of China on Latin America and the Caribbean. **World Development**, v. 36, n. 2, 2008.

JONES, R. **Globalization and the theory of input trade**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

KAPLINSKY, R.; McCORMICK, D.; MORRIS, M. THE IMPACT OF CHINA ON SUB SAHARAN AFRICA, **DFID Agenda Paper**, v.3, 2007.

KAPLINSKY, R.; MESSNER, D. The Impact of Asian Drivers on the Developing World. **World Development**, v.36, p.197-209, 2008.

KIM, C. S.; LEE, S. Different Paths of Deindustrialization: Latin American and Southeast Asian Countries from a Comparative Perspective. **Journal Of International And Area Studies**, v.1, n. 2, p.65-81, 2014.

KRUGMAN, P. R. Intraindustry Specialization and the Gains from Trade. **Journal of Political Economy**, v. 89, n. 5, p. 959-973, 1981.

LEÃO R. P. F. A articulação produtiva asiática e os efeitos da emergência chinesa. In: LEÃO R. P. F; PINTO E. C.; ACYOLI L. (Orgs). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

LECHINI, G. **La cooperación sur-sur em las políticas exteriores de Argentina y Brasil en el siglo XXI** . p.5-14, 1a ed. - Rosario : UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2014.

LINDER, S. **An Essay on Trade and Transformation**. Almqvist and Wiksell. Stockholm, 1961.

LINDEMANN, H.; VERBRUGGEN, H. GSTP tariff reduction and its effects on south-south trade in manufactures. **World Development**, v.19, n.5, p.539-551, 1991.

LONGO, R.; SEKKAT, K. Economic obstacles to expanding intra-african trade. **World Development**, v.32, n.8, p.1309-1321, 2004.

MARTIN, W. G. South Africa's Subimperial Futures: Washington Consensus, Bandung Consensus or Peoples' Concensus? **African Sociological Review**, v.12, n. 1, pp.124-134. 2008.

MCDONALD, S.; ROBINSON, S.; THIERFELDER, K. Asian growth and trade poles: India, China, and East and Southeast Asia. **World Development**, v.36, n.2, p.210-234, 2008.

MOLD, A.; MUKWAYA, R. Modelling the economic impact of the tripartite free trade area: Its implications for the economic geography of Southern, Eastern and Northern Africa. **Journal of African Trade**, v.3, n.2 p.57-84, 2015.

MOLD, A.; PRIZZON, A. South-South trade liberalisation as a way of reducing the impact of the financial crisis? An exploratory CGE simulation. **Journal of International Development**, v. 25, 1071-1084, 2013.

MORCK, R.; YEUNG, B. China in Asia. **China Economic Review**, v.40, p. 297-308, 2016.

OFA, S. V.; KARINGI, S. Trade in intermediate inputs and trade facilitation in Africa's regional integration. **African Development Review**, v.26, n.1, p.96-110, 2014.

PINO, B. A. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, A.M (org.) **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 57-86.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementariedades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO R. P. F; PINTO E. C.; ACYOLI L. (Orgs). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010.

RAIHAN, S.; RAZZAQUE, M. A. **Welfare Effects of South Asia Free Trade Area**. 2007. Disponível em: <<https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/download/2956.pdf>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

RICARDO, D. **Principles of Political Economy and Taxation**. London: W. STRAHAN AND T. CADELL, 1817.

SANTOS FILHO, O. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, T. L. C. (org.) **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC de Minas, 2005. p. 13-75.

SCOTT, J. The internacional politics of South-South trade. **Global Governance**, n.22, p.427-455, 2016.

SMITH, A. **The Wealth of Nations**, Ed. Cannan, 1776.

STUENKEL, O. Instituttionazing South-South cooperation? Toward a new paradigm? Background research paper. **High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda**. Indonésia, 2013.

THOUMI, F. E. Bilateral trade flows and economic integration in Latin America and the Caribbean. **World Development**, v. 17, n. 3, p. 421-429, 1989.

UN – UNITED NATIONS. **Proceedings of the United Nations Conference on Trade and Development**, 1981. Disponível em: <https://unctad.org/en/Docs/td269vol1_en.pdf>. Acesso 30 de março de 2018.

UN – UNITED NATIONS. **Multilateral - Agreement on the Global System of Trade Preferences among developing countries (with annexes and schedules of concessions)**. Belgrado, 1988.

UN – UNITED NATIONS. **High-Level Conference on South-South Cooperation: declaration on South-South Cooperation**. Marrocos, 2003. Disponível em: [http://www.g77.org/doc/docs/Marrakech%20Final%20Docs%20\(E\).pdf](http://www.g77.org/doc/docs/Marrakech%20Final%20Docs%20(E).pdf) >. Acesso em 30 de março de 2018.

UN – UNITED NATIONS. **Adopting Nairobi Outcome Document, South-South Conference Encourages Developing Countries to Make Cooperative Efforts Work Better in Tackling Challenges**. 2009. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2009/dev2781.doc.htm>>. Acesso em 03 de abril de 2018.

UNCTAD- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **The New Geography of International Economic Relations**. Office of the Chairman of the Group of 77, New York, 2004a.

UNCTAD- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Draft Sao Paulo declaration on the launching of the third round of negotiations within the Global System of Trade Preferences among developing countries (GSTP)**. The Global System of Trade Preferences among developing countries (GSTP), São Paulo, 2004b.

UNCTAD- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Global value chains and South-South: trade economic cooperation and integration among developing countries**. Geneva, 2015.

UNCTAD- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **About GSP**. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/DITC/GSP/About-GSP.aspx>>. Acesso em 13 de novembro de 2018a.

UNCTAD- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **UN recognition of Least Developed Countries (LDC)**. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/ALDC/Least%20Developed%20Countries/UN-recognition-of-LDCs.aspx>> . Acesso em 12 de dezembro de 2018b.

UNCTADstat. Disponível em <<http://unctadstat.unctad.org/EN/>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

UNECA. **Assessing regional integration in Africa V: towards an Africa continental free trade area**. United Nations Economic Commission for Africa, 2012.

VINER, J. **The Custom Union Issue**. London: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

WILLENBOCKEL, D. General equilibrium assessment of the COMESA-EAC-SADC tripartite FTA. **Munich Personal RePEc Archive (MPRA)** n. 51501, 2013.

WILLIAMS, M. A. **The Group of 77 in UNCTAD: anatomy of a third world coalition**. Tese de Doutorado. London School of Economics and Political Science University of London, 1987.

APÊNDICE A

QUADRO A.1 – Países membros do G-77

1. Afeganistão	46. Filipinas	91. Omã
2. África do Sul	47. Gabão	92. Panamá
3. Angola	48. Gâmbia	93. Papua Nova Guiné
4. Antígua e Barbuda	49. Gana	94. Paquistão
5. Arábia Saudita	50. Granada	95. Paraguai
6. Argélia	51. Guatemala	96. Peru
7. Argentina	52. Guiana	97. Quênia
8. Bahamas	53. Guiné	98. República Árabe da Síria
9. Bahrain	54. Guiné Equatorial	99. República Centro-Africana
10. Bangladesh	55. Guiné-Bissau	100. República Democrática do Congo
11. Barbados	56. Haiti	101. República Democrática Popular do Laos
12. Belize	57. Honduras	102. República Dominicana
13. Benin	58. Iémen	103. República Popular Democrática da Coreia
14. Bolívia	59. Ilhas Marshall	104. República Unida da Tanzânia
15. Bósnia e Herzegovina	60. Ilhas Salomão	105. Ruanda
16. Botsuana	61. Índia	106. Samoa
17. Brasil	62. Indonésia	107. Santa Lúcia
18. Brunei Darussalam	63. Irã (Republic Islâmica do Irã)	108. São Cristóvão e Nevis
19. Burkina Faso	64. Iraque	109. São Tomé e Príncipe
20. Burundi	65. Jamaica	110. São Vicente e Granadinas
21. Butão	66. Jordânia	111. Senegal
22. Cabo Verde	67. Kiribati	112. Serra Leoa
23. Camarões	68. Kuwait	113. Seychelles
24. Camarões	69. Lesoto	114. Somália
25. Camboja	70. Líbano	115. Sri Lanka
26. Catar	71. Libéria	116. Suazilândia
27. Chade	72. Líbia	117. Sudão
28. Chile	73. Madagascar	118. Sudão do Sul
29. China	74. Malásia	119. Suriname
30. Cingapura	75. Malawi	120. Tailândia
31. Colômbia	76. Maldivas	121. Tadjiquistão
32. Congo	77. Marrocos	122. Timor-Leste
33. Costa do Marfim	78. Maurício	123. Togo

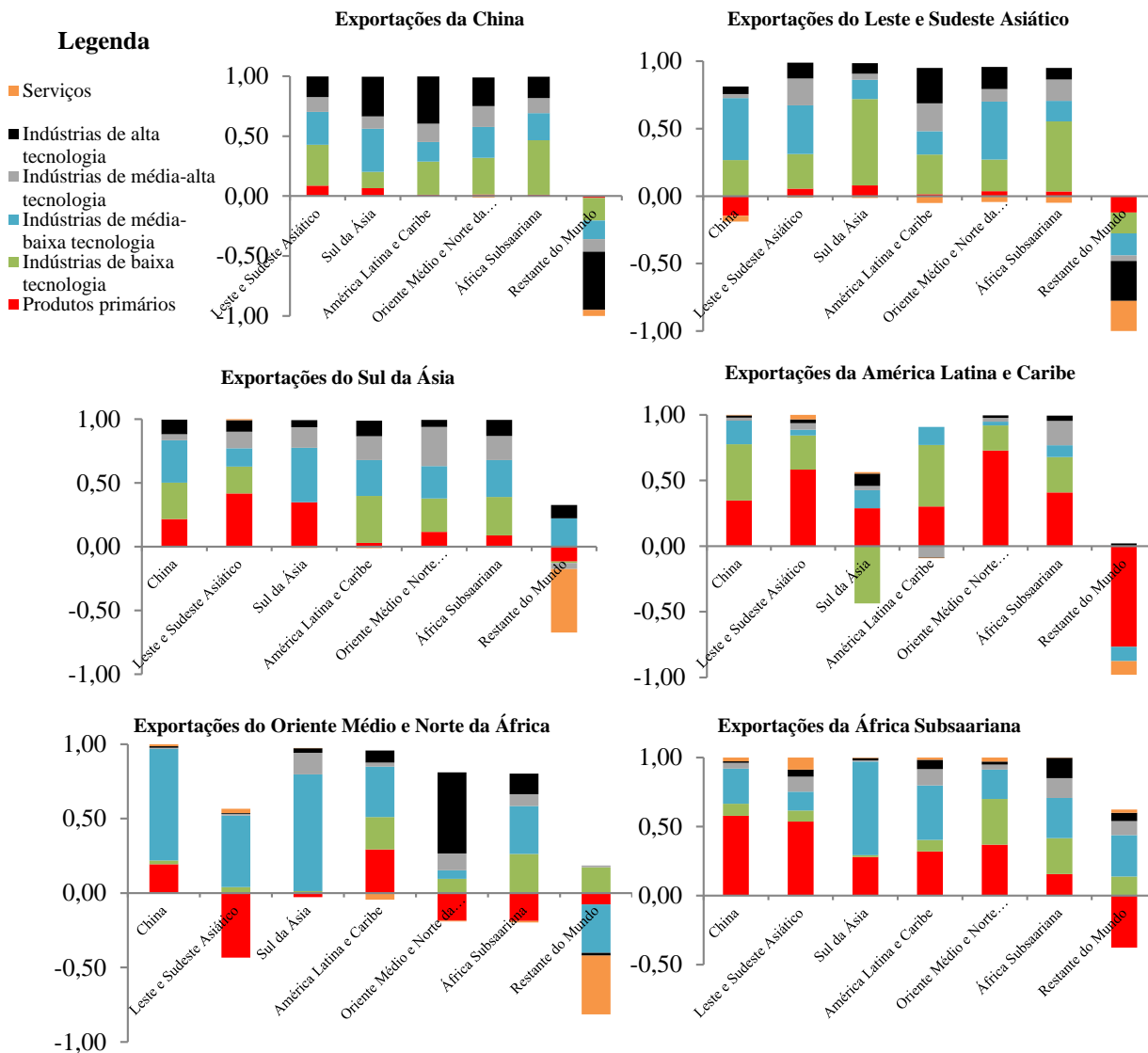
Continua

34. Costa Rica	79. Mauritânia	124. Tonga
35. Cuba	80. Micronésia	125. Trinidad e Tobago
36. Djibouti	81. Mali	126. Tunísia
37. Dominica	82. Moçambique	127. Turcomenistão
38. Egito	83. Mongólia	128. Uganda
39. El Salvador	84. Myanmar	129. Uruguai
40. Emirados Árabes Unidos	85. Namíbia	130. Vanuatu
41. Equador	86. Nauru	131. Venezuela
42. Eritreia	87. Nepal	132. Vietnã
43. Estado da Palestina	88. Nicarágua	133. Zâmbia
44. Etiópia	89. Níger	134. Zimbábue
45. Fiji	90. Nigéria	

Fonte: elaboração própria a partir do G-77, disponível em <<http://www.g77.org/doc/index.html>>.

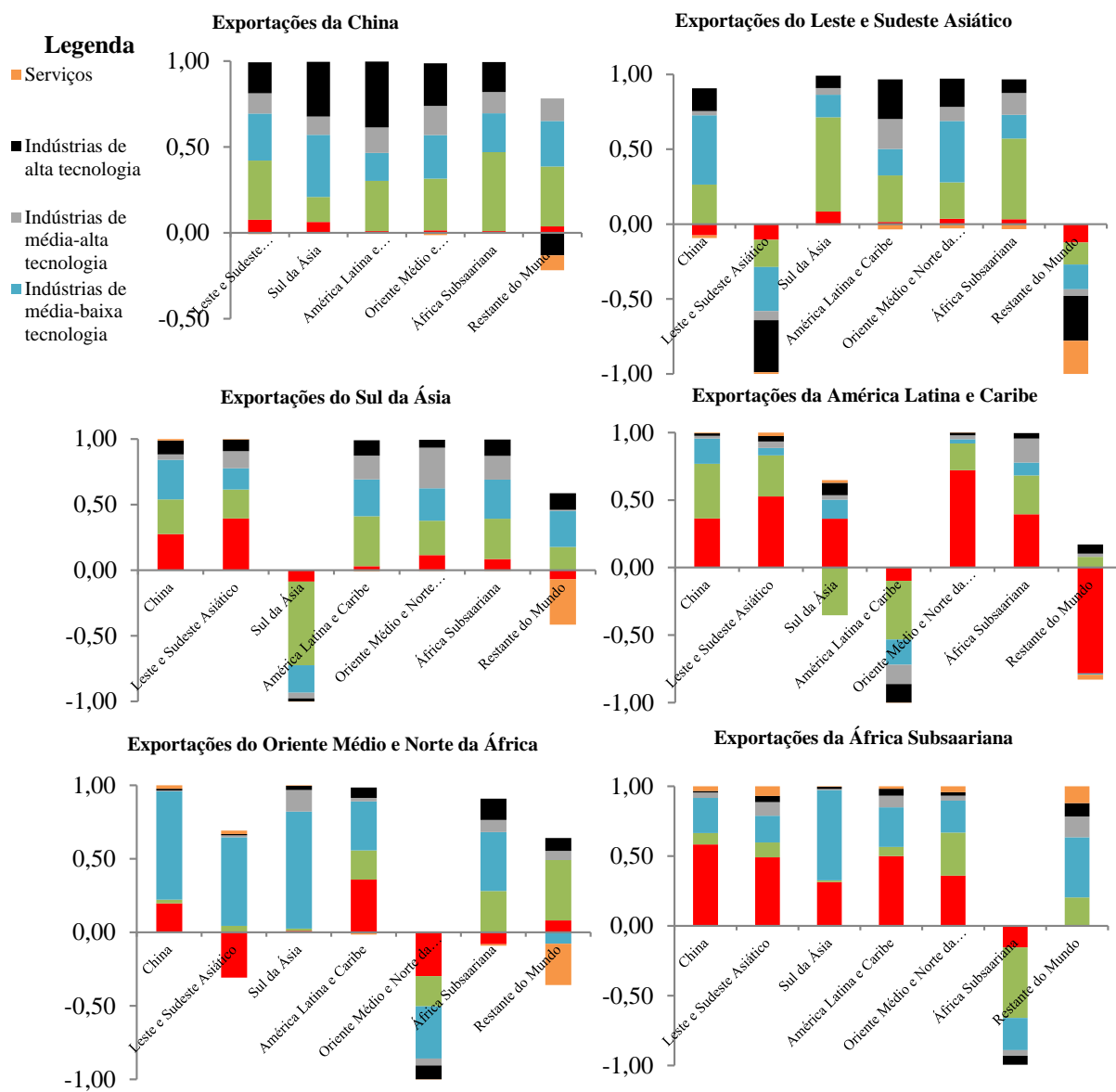
APÊNDICE B

FIGURA B.1– Impactos nas exportações setoriais no G-77 – Cenário 1



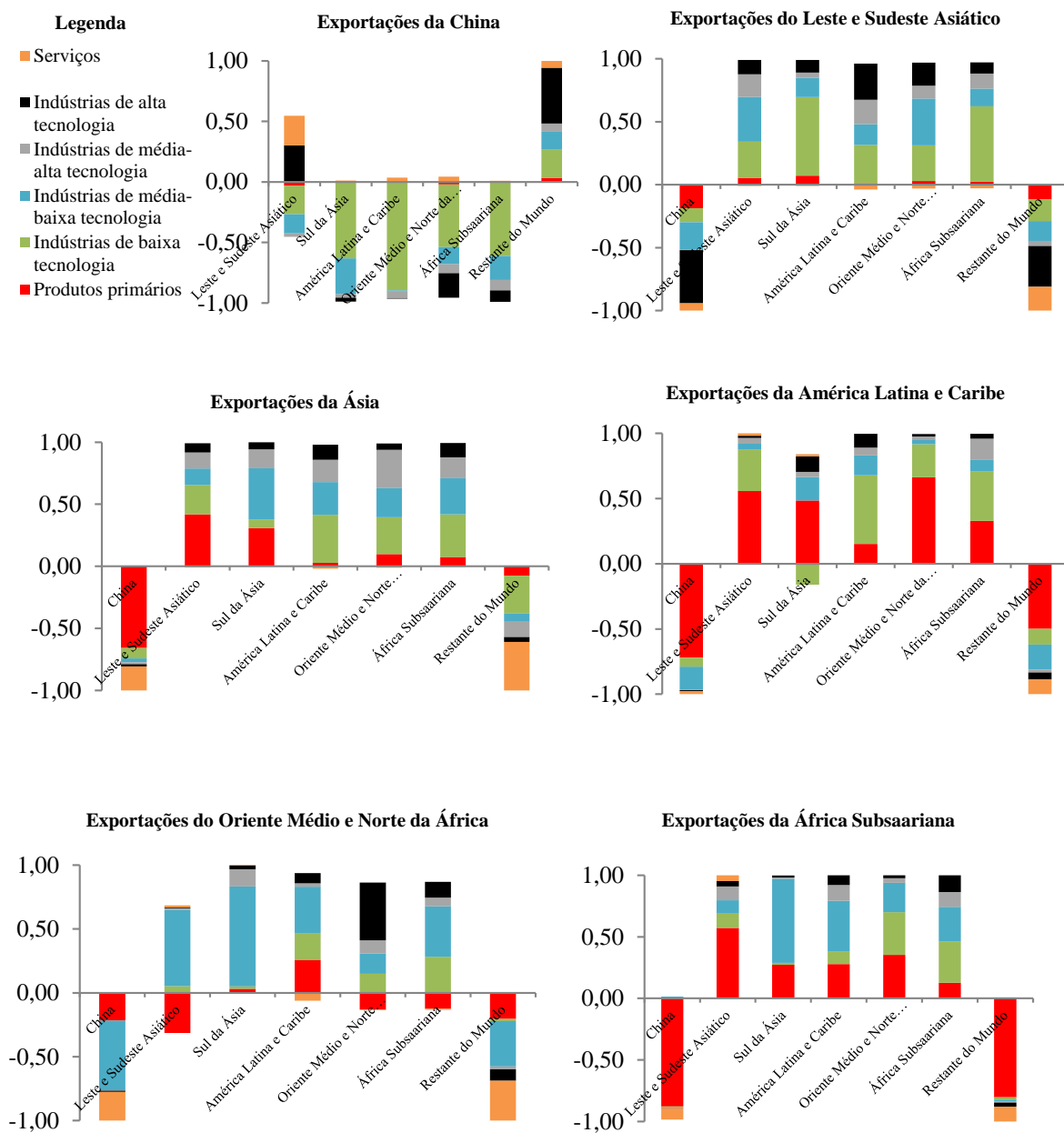
Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0

FIGURA B.2– Impactos nas exportações setoriais no G-77 – Cenário 2



Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0

FIGURA B.3– Impactos nas exportações setoriais no G-77 – Cenário 3



Fonte: elaboração própria a partir dos resultados do GTAP 9.0

APÊNDICE C

TABELA C.1– Efeito sobre as importações da queda de 1% das tarifas de importações de produtos primários

	China	Leste e Sudeste da Ásia	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Norte da África e Oriente Médio	África Subsaariana
China	-0,0000	-0,0516	-0,1157	-0,096	-0,0715	-0,00817
Leste e Sudeste da Ásia	-0,0005	-0,0197	-0,0387	-0,0557	-0,0562	-0,0827
Sul da Ásia	-0,0101	-0,0743	-0,0685	-0,0742	-0,0581	-0,1293
América Latina e Caribe	-0,0083	-0,0514	-0,0139	-0,0113	-0,0659	-0,0830
Norte da África e Oriente Médio	-0,0005	-0,0017	-0,0062	-0,0102	-0,0049	-0,0036
África Subsaariana	-0,0101	-0,0195	-0,0156	-0,008	-0,0403	-0,0183

Fonte: elaboração própria a partir do GTAP 9.0.

TABELA C.2– Efeito sobre as importações da queda de 1% das tarifas de importações de produtos industriais de baixa tecnologia

	China	Leste e Sudeste da Ásia	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Norte da África e Oriente Médio	África Subsaariana
China	-0,0000	-0,0699	-0,1387	-0,1312	-0,1227	-0,1802
Leste e Sudeste da Ásia	-0,0426	-0,0557	-0,3090	-0,1365	-0,0898	-0,1199
Sul da Ásia	-0,0503	-0,0739	-0,0937	-0,1366	-0,0898	-0,1463
América Latina e Caribe	-0,0903	-0,0435	-0,0648	-0,0431	-0,0724	-0,0995
Norte da África e Oriente Médio	-0,0970	-0,0743	-0,1186	-0,1472	-0,0497	-0,1410
África Subsaariana	-0,0516	-0,0255	-0,1286	-0,0946	-0,1663	-0,0992

Fonte: elaboração própria a partir do GTAP 9.0.

TABELA C.3– Efeito sobre as importações da queda de 1% das tarifas de importações de produtos industriais de média-baixa tecnologia

	China	Leste e Sudeste da Ásia	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Norte da África e Oriente Médio	África Subsaariana
China	-0,0000	-0,0361	-0,0751	-0,0674	-0,0905	-0,0896
Leste e Sudeste da Ásia	-0,0305	-0,0297	-0,0808	-0,0664	-0,1532	-0,0621
Sul da Ásia	-0,0304	-0,0205	-0,0822	-0,0309	-0,0606	-0,0509
América Latina e Caribe	-0,0162	-0,0168	-0,0620	-0,0099	-0,0479	-0,0547
Norte da África e Oriente Médio	-0,0448	-0,0251	-0,0719	-0,0227	-0,0179	-0,0395
África Subsaariana	-0,0127	-0,0076	-0,0820	-0,0633	-0,0255	-0,0451

Fonte: elaboração própria a partir do GTAP 9.0.

TABELA C.4– Efeito sobre as importações da queda de 1% das tarifas de importações de produtos industriais de média-alta tecnologia

	China	Leste e Sudeste da Ásia	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Norte da África e Oriente Médio	África Subsaariana
China	-0,0000	-0,0675	-0,1078	-0,1202	-0,1547	-0,1091
Leste e Sudeste da Ásia	-0,0453	-0,0614	-0,1263	-0,1172	-0,0577	-0,1336
Sul da Ásia	-0,0467	-0,0678	-0,1221	-0,1258	-0,0484	-0,1424
América Latina e Caribe	-0,0409	-0,0825	-0,0890	-0,0102	-0,0866	-0,0936
Norte da África e Oriente Médio	-0,0980	-0,0393	-0,0920	-0,0779	-0,0554	-0,1096
África Subsaariana	-0,1025	-0,0835	-0,1011	-0,1007	-0,0724	-0,0909

Fonte: elaboração própria a partir do GTAP 9.0.

TABELA C.5– Efeito sobre as importações da queda de 1% das tarifas de importações de produtos industriais de alta tecnologia

	China	Leste e Sudeste da Ásia	Sul da Ásia	América Latina e Caribe	Norte da África e Oriente Médio	África Subsaariana
China	-0,0000	-0,0194	-0,0515	-0,0794	-0,0631	-0,0556
Leste e Sudeste da Ásia	-0,0092	-0,0160	-0,0521	-0,0743	-0,0502	-0,0450
Sul da Ásia	-0,0426	-0,0319	-0,0454	-0,0833	-0,0328	-0,0508
América Latina e Caribe	-0,0349	-0,0099	-0,0613	-0,0148	-0,0586	-0,0411
Norte da África e Oriente Médio	-0,0507	-0,0127	-0,0705	-0,0773	-0,0827	-0,0708
África Subsaariana	-0,0501	-0,0353	-0,0613	-0,0646	-0,0311	-0,0366

Fonte: elaboração própria a partir do GTAP 9.0.